



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

# O impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas

Dois casos de estudo

Joaquim Manuel Torrão Alves Dias

Católica Porto Business School, 2021/2022



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

# O impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas

Dois casos de estudo

Trabalho Final na modalidade de Dissertação apresentado à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Business Economics

por

Joaquim Manuel Torrão Alves Dias

sob orientação de  
Liliana Fernandes

Católica Porto Business School, 2021/2022



# Agradecimentos

Agradeço à Professora Liliana Fernandes pela orientação e disponibilidade demonstrada ao longo da elaboração deste TFM.

Agradeço, também, à Eirostec pela receção e inclusão na equipa de trabalho.

Agradeço ainda à Formefeitos e à Innoverse pela colaboração prestada, e que contribui para o enriquecimento deste trabalho de investigação.

# Resumo

Num momento de transição entre Acordos de Parceria entre Portugal e a União Europeia, acrescido da chegada do Plano de Recuperação e Resiliência, torna-se inevitável o entendimento sobre que impactos é que os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) têm nas empresas portuguesas. Assim, a principal finalidade deste trabalho de investigação é compreender qual é o impacto dos FEEI no tecido empresarial português. Para tal, são estudadas duas empresas portuguesas que realizaram projetos de investimento com o apoio do Portugal 2020 (concretamente, o Compete 2020) e os respetivos efeitos na performance das mesmas. Para este efeito, foram analisados vários documentos relativos à atividade e projetos de investimento das empresas, e foram também realizadas entrevistas aos representantes das mesmas. As conclusões revelam que a performance destas empresas portuguesas melhorou em várias dimensões, como o investimento, competitividade, produtividade e crescimento. Por outro lado, foi também concluído que o acesso aos FEEI deveria ser simplificado, desburocratizado e descentralizado.

**Palavras-chave:** Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), Portugal 2020, projetos de investimento, burocracia.

Contagem de palavras: 9971

# Abstract

In a moment of transition between the Partnership Agreements between Portugal and the European Union, plus the arrival of the Recovery and Resilience Plan, the understanding about the impacts of the European Structural and Investment Funds (ESIF) on Portuguese companies is inevitable. Thus, the main purpose of this research work is to understand the impact of ESIF on Portuguese companies. For that purpose, two Portuguese companies that had investment projects supported by Portugal 2020 (specifically, Compete 2020) are studied as well as their effects on their performances. To this purpose, several documents related to the companies' activities and investment projects were analyzed, and interviews were conducted with the companies' representatives. The findings reveal that these Portuguese companies' performance has improved in several dimensions, such as investment, competitiveness, productivity, and growth. On the other hand, it was also concluded that access to the ESIF should be simplified, de-bureaucratized and decentralized.

**Keywords:** European Structural and Investment Funds (ESIF), Portugal 2020, investment projects, bureaucracy.

Number of words: 9971

# Índice

Agradecimentos .....	iv
Resumo .....	v
Abstract .....	vi
Índice .....	vii
Índice de Gráficos .....	9
Índice de Tabelas .....	10
Introdução.....	11
<b>Capítulo 1: Revisão de Literatura .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Os Fundos Estruturais Europeus e de Investimento (FEEI) em Portugal</b>	<b>13</b>
1.1.1 QCA I .....	13
1.1.2 QCA II.....	14
1.1.3 QCA III.....	15
1.1.4 QREN .....	16
<b>1.2. Portugal 2020 .....</b>	<b>19</b>
1.2.1 Definição e estrutura.....	19
1.2.2 Compete 2020.....	22
1.2.3 Impactos esperados e atingidos do Portugal 2020 .....	25
1.2.4 Perceção dos portugueses sobre Portugal 2020 .....	29
1.2.5 Impactos do atual Acordo de Parceria (2014-2020) na Europa: comparações com Portugal.....	31
<b>1.3 Impacto dos FEEI na performance das empresas em Portugal.....</b>	<b>34</b>
<b>1.4 Conclusões da Revisão da Literatura .....</b>	<b>38</b>
<b>Capítulo 2: Metodologia.....</b>	<b>39</b>
<b>2.1 Descrição do método .....</b>	<b>39</b>
<b>2.2 Seleção dos casos.....</b>	<b>40</b>
<b>2.3 Recolha de dados.....</b>	<b>40</b>
<b>Capítulo 3: Os casos de estudo da Formefeitos e da Innoverse .....</b>	<b>43</b>
<b>3.1 Formefeitos.....</b>	<b>43</b>
3.1.1 Breve descrição da empresa .....	43
3.1.2 Processo de financiamento do Portugal 2020 .....	44
3.1.3 Impactos do Portugal 2020 na empresa .....	45
<b>3.2 Innoverse .....</b>	<b>52</b>

3.2.1 Breve descrição da empresa .....	52
3.2.2 Processo de financiamento ao Portugal 2020.....	52
3.2.3 Impactos do Portugal 2020 na empresa .....	53
<b>Capítulo 4: Discussão de resultados e conclusões.....</b>	<b>58</b>
Bibliografia.....	61
Apêndices .....	65
Anexos.....	68

# Índice de Gráficos

Gráfico 1: Repartição do QCA I (1989- 1993) por áreas de intervenção (em % do total).....	14
Gráfico 2: Repartição do QCA 2 (1994-1999) por áreas de intervenção (em % do total).....	15
Gráfico 3: Repartição do QCA 3 (2000-2006) por áreas de intervenção (em % do total).....	16
Gráfico 4: Repartição do QCA 4 ou QREN (2007-2013) por áreas de intervenção (em % do total). ....	18
Gráfico 5: Distribuição dos FEEI aprovados do Portugal 2020 por áreas de intervenção (em % do total) .....	21
Gráfico 6: Investimento em I&D em % do PIB, no período 2008 – 2019.....	25
Gráfico 7: Consumo de energia de fontes renováveis em % do consumo da energia final, no período de 2008 – 2019 .....	26
Gráfico 8: Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos, no período de 2009 – 2019 .....	27

# Índice de Tabelas

Tabela 1: Objetivos Temáticos (OT) da Estratégia Europa 2020 .....	19
Tabela 2: Prioridades de Intervenção e Programas Operacionais Temáticos no Continente.....	20
Tabela 3: Categorização das NUTS II por PIB per capita .....	21
Tabela 4: Objetivos estratégicos e Eixos prioritários do Compete2020.....	23
Tabela 5: Impacto dos FEEI no PIB, média anual dos períodos considerados (variação % face ao steady state). .....	28
Tabela 6: Multiplicador acumulado do impacto dos FEEI no PIB face ao steady state .....	28
Tabela 7: Principais conclusões de alguns estudos sobre os impactos dos FEEI (2014-2020) nos Estados Membros da União Europeia .....	34
Tabela 8: Principais resultados, e estatisticamente significativos e robustos, dos SI do QREN nas empresas apoiadas, no final do terceiro ano de acesso aos apoios públicos, em algumas das variáveis de impacto. ....	36
Tabela 9: Variação relativa das variáveis de impacto entre o período de 2015 e de 2019.....	47
Tabela 10: Variação relativa das variáveis de impacto entre o período de 2017 e de 2020.....	54

# Introdução

O presente Trabalho Final de Mestrado foi realizado no âmbito do Mestrado em Business Economics e em contexto de estágio curricular. O estágio foi realizado na Eirostec, empresa de consultoria e localizada em Vila Nova de Famalicão, durante um período de seis meses.

O principal objetivo deste trabalho de investigação é perceber qual o impacto dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) nas empresas portuguesas. O enfoque neste tema está relacionado com as atividades realizadas ao longo do estágio, onde fui incluído numa equipa que geria vários projetos de investimento financiados pelo Portugal 2020, desde a realização das candidaturas até ao encerramento do projeto.

Para além de ter enquadramento no âmbito do estágio realizado, a relevância do tema aqui estudado é justificada pela importância de que se tem revestido o apoio da União Europeia a Portugal e do seu contributo para a coesão do país e com a restante da Europa. Numa altura em que o atual Acordo de Parceria (Portugal 2020) está perto de terminar e antes de começar o próximo (Portugal 2030), e em que Portugal recebe o apoio do pacote de recuperação económica da União Europeia, o Plano de Recuperação e Resiliência, de forma a mitigar os efeitos da pandemia provocada pela Covid-19, é importante perceber que impacto concreto é que o acesso a estes fundos tem vindo a ter no tecido empresarial português. Adicionalmente, a investigação preliminar sobre este tema permitiu concluir que é ainda reduzida a literatura que analisa o impacto do Portugal 2020, em particular na performance das empresas portuguesas, o que pode ser considerado uma lacuna importante a preencher.

Assim sendo, pelos motivos enunciados acima, o presente trabalho de investigação tem como questão de investigação principal: “Qual o impacto dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento nas empresas portuguesas?”. Acresce a esta questão de investigação principal a seguinte questão complementar: “Qual o impacto da burocracia no acesso às candidaturas aos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento?”.

Este trabalho inicia, no Capítulo 1, com uma abordagem histórica dos FEEI em Portugal e uma descrição do Portugal 2020, particularmente, um dos seus quatro programas operacionais, o Compete 2020, sendo também levada a cabo neste capítulo uma revisão de literatura a sobre os impactos dos FEEI, quer a nível macroeconómico, que a nível das empresas portuguesas. O Capítulo 2, apresenta a metodologia usada, assim como o processo de seleção dos casos de estudo e descrição dos instrumentos de recolha de informação. No Capítulo 3 é apresentado o estudo empírico, começando com a descrição das duas empresas analisadas no que respeita aos impactos do Portugal 2020 na sua performance. Finalmente, no Capítulo 4 é feita a discussão dos resultados e sumariadas as principais conclusões, assim como são identificadas as limitações da investigação e possíveis vias de melhoria.

# Capítulo 1: Revisão de Literatura

## 1.1 Os Fundos Estruturais Europeus e de Investimento (FEEI) em Portugal

Desde a entrada de Portugal, em 1986, na Comunidade Económica e Europeia (CEE), que o acesso aos apoios financeiros que visam o desenvolvimento e coesão dos estados-membros tem sido muito facilitado (Pires, 2017). À data de adesão, havia disponíveis três fundos: **Fundo Social Europeu (FSE)**, **Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA)** e **Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)**. É no ano de 1986 que o Ato Único Europeu é assinado, onde são criadas as bases da, ainda existente, **Política de Coesão Europeia**, com o objetivo comum de promover a coesão económica e social entre as regiões e estados-membros do espaço europeu. No período de 3 anos (1986-1988), os principais alvos de investimento em Portugal foram estradas, infraestruturas de saneamento básico e equipamentos de educação (Pires, 2017).

### 1.1.1 QCA I

O quadro de investimento que se seguiu, o **Quadro comunitário de Apoio 1989-1993** ou **QCA I**, foi, em Portugal, prioritariamente alocado ao apoio da atividade produtiva e da valorização dos recursos humanos com vista à convergência real com a Europa e coesão económica e social (AD&C, 2021)<sup>1</sup>, conforme é possível ver no Gráfico 1. Ao longo do seu período de duração, este quadro comunitário representou 15% do investimento global realizado em

---

<sup>1</sup>Disponível em: <https://www.adcoesao.pt/content/1986-1988-qca-i-ii-iii-e-qren>.

Portugal, gerou aproximadamente 80 mil postos de trabalho e o seu contributo para o crescimento do PIB foi de cerca de 0,7% por ano (AD&C, 2021).

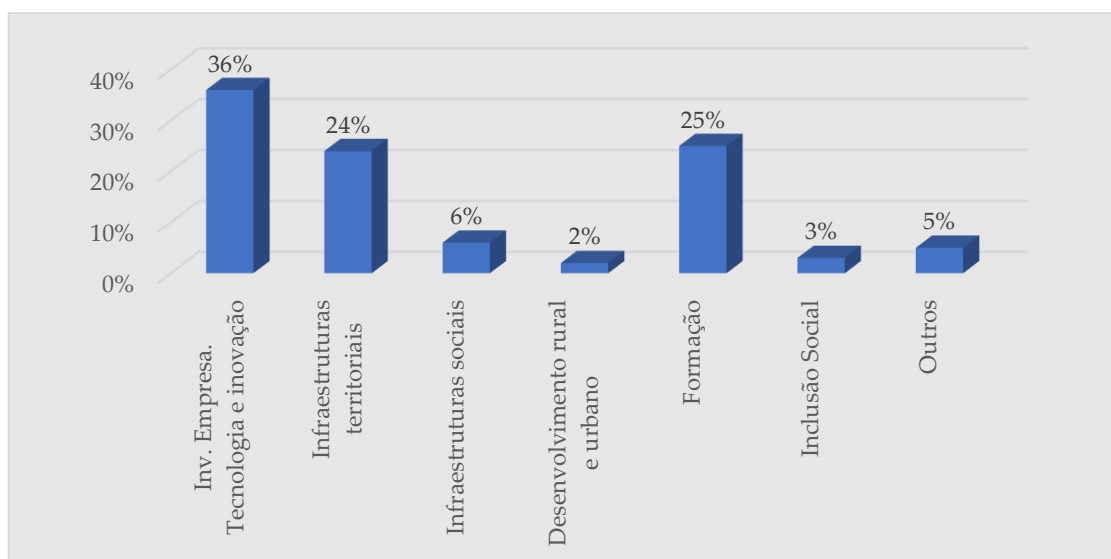


Gráfico 1: Repartição do QCA I (1989- 1993) por áreas de intervenção (em % do total).

Fonte: Pires (2017). Elaboração própria.

### 1.1.2 QCA II

O QCA II teve um período de vigência de 6 anos, entre 1994 e 1999, e teve como principal novidade a introdução de um novo fundo, o denominado **Fundo de Coesão (FC)**, que surgiu na consequência do Tratado de Maastricht. Ao longo deste período o peso do investimento feito por Portugal em infraestruturas foi bastante superior ao do da formação, assim como o investimento no tecido empresarial (Pires, 2017), como revela o Gráfico 2 abaixo.

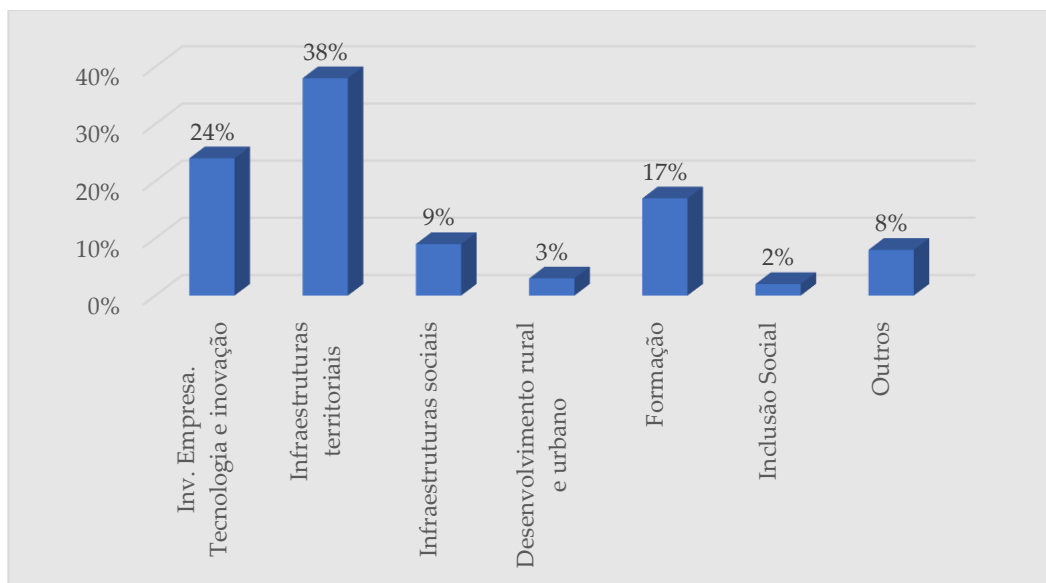


Gráfico 2: Repartição do QCA 2 (1994-1999) por áreas de intervenção (em % do total).  
Fonte: Pires (2017). Elaboração própria.

### 1.1.3 QCA III

O QCA III, o primeiro quadro com duração de 7 anos, desde **2000 até 2006**, teve como objetivo principal o desenvolvimento das regiões portuguesas, assim como o reforço do peso dos agentes económicos e sociais regionais na decisão dos investimentos nas próprias regiões. Cerca de 47% dos fundos deste quadro foram implementados em Programas de Desenvolvimento Regionais – PDR (5 regiões do continente e as 2 regiões autónomas), geridos por órgãos das respetivas regiões. Contudo, de acordo com Pires (2017), devido a vários fatores, sendo um deles o centralismo “crónico” de Portugal e a não existência de uma reforma institucional de forma a possibilitar a maior independência das regiões, esta nova estrutura mais descentralizada provocou custos de transação, burocráticos e prazos extensos e, portanto, não houve mudança significativa nos apoios comunitários.

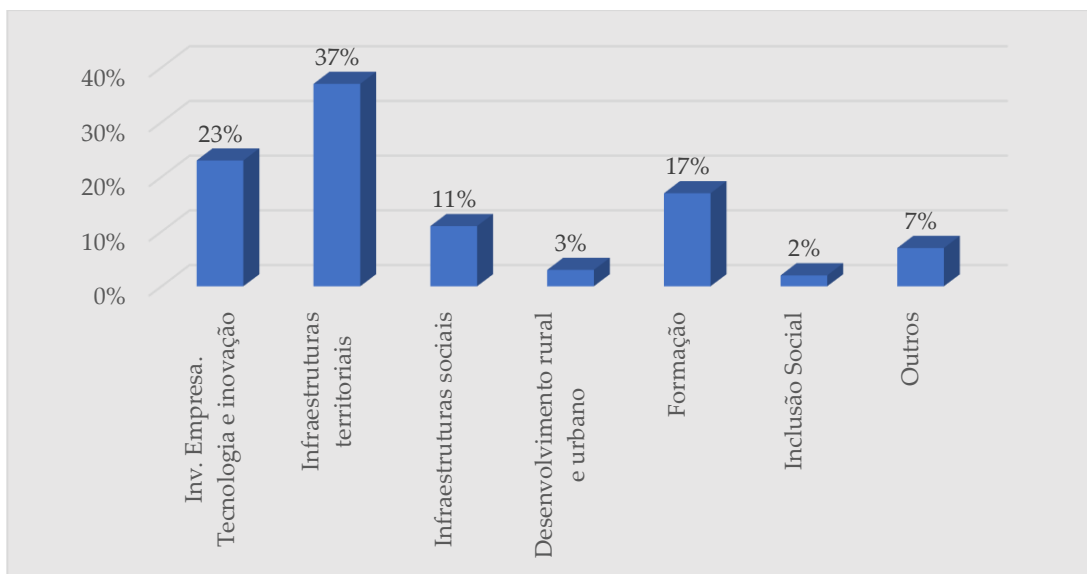


Gráfico 3: Repartição do QCA 3 (2000-2006) por áreas de intervenção (em % do total)  
 Fonte: Pires (2017). Elaboração própria.

### 1.1.4 QREN

Em 2007, surge o **Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013** ou **QREN**. Assim como todos os Acordos Parceria da UE com diferentes Estados-Membros criados para o mesmo período de execução (2007-2014), o **QREN** adotou uma estrutura diferente e inovadora, criando três **Agendas Operacionais (AO) temáticas** (Compete, 2012)<sup>2</sup>.

1. AO para o Potencial Humano;
2. AO para os Fatores de Competitividade;
3. AO para a Valorização do Território.

Estas agendas serviram de diretrizes e foram operacionalizadas através dos **Programas Operacionais (PO)** do QREN: **PO Temáticos** (como o **Compete**, o **POPH** e o **POVT**), **PO Regionais** do Continente e das Regiões Autónomas, e também PO de Assistência Técnica (AD&C, 2021).

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.pofc.qren.pt/>

O Compete foi o domínio que prestou maior apoio às empresas nacionais, sendo que o principal instrumento na promoção da competitividade empresarial em Portugal foram o **Sistemas de Incentivos (SI) ao investimento das empresas** (Mamede et al., 2018).

No âmbito do QREN, vigoraram 3 tipologias de SI<sup>3</sup>:

1. SI à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT);
2. SI à Qualificação e Internacionalização de PME (SI QPME);
3. SI à Inovação (SI Inovação).

Com o QREN, a parcela dos programas operacionais regionais desceu para 28,7% do total dos apoios comunitários (face aos 47% do anterior quadro comunitário – de 2000 a 2006). Este quadro foi novamente alvo de uma organização central, que reduziu a independência e liberdade das regiões na decisão do seu desenvolvimento, o que, em contrapartida, proporcionou coerência nos projetos apoiados com a estratégia nacional.

Um dos aspetos mais importantes do QREN, conforme é possível concluir através do Gráfico 4, foi o valor cofinanciado nas ações de formação e também em I&D e, no sentido contrário, a redução do apoio dirigido à construção de estradas (Pires, 2017).

---

<sup>3</sup> Devido à semelhança entre os SI do QREN e os SI do Portugal 2020, as definições e objetivos de cada SI estão apresentadas na secção 1.2.2., referente ao atual Acordo de Parceria.

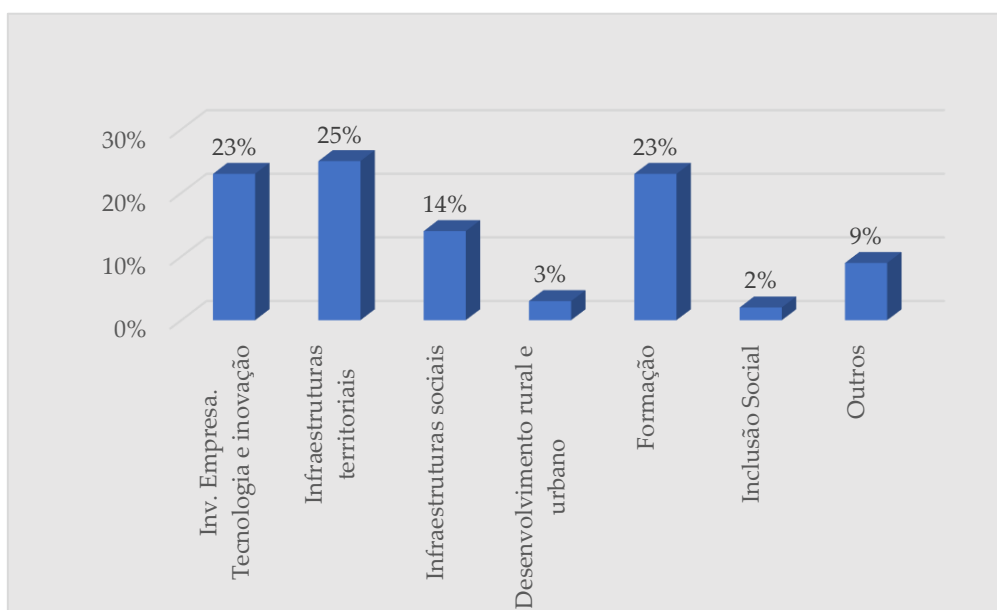


Gráfico 4: Repartição do QCA 4 ou QREN (2007-2013) por áreas de intervenção (em % do total).  
 Fonte: Pires (2017). Elaboração própria.

Com o QREN, o investimento em infraestruturas territoriais foi reduzido, criando um maior apoio à edificação de infraestruturas sociais, como hospitais e escolas. Contudo, de acordo com Pires (2017), foram realizados alguns investimentos dispensáveis e duvidosos, devido ao carácter de “fundo perdido” e à falta de análises rigorosas.

Conclui-se, portanto, que, apesar das limitações institucionais/ de governação dos fundos acima apontadas, ao longo do tempo, os FEEI em Portugal proporcionaram modernização e progressos importantes, tanto ao nível económico como social.

## 1.2. Portugal 2020

### 1.2.1 Definição e estrutura

A **Estratégia Europa 2020**, quadro de políticas europeias, tem como prioridades o **Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo**. Cada prioridade temática do quadro estratégico europeu tem um conjunto de objetivos correspondentes a cada tema, como pode ser verificado na Tabela 1.

Prioridades da Estratégia Europa 2020	Objetivos Temáticos (OT)
Crescimento Inteligente	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Reforçar a <b>investigação</b>, o desenvolvimento tecnológico e a <b>inovação</b>.</li><li>2. Melhorar o acesso às <b>tecnologias da informação e da comunicação</b>, bem como a sua utilização e qualidade</li><li>3. Reforçar a <b>competitividade das pequenas e médias empresas</b> e dos sectores <b>agrícola</b> (para o FEADER), das <b>pescas e da aquicultura</b> (para o FEAMP).</li></ol>
Crescimento Sustentável	<ol style="list-style-type: none"><li>4. Apoiar a transição para uma <b>economia com baixas emissões de carbono</b> em todos os sectores.</li><li>5. Promover a adaptação às <b>alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos</b>.</li><li>6. Proteger o ambiente e promover a <b>eficiência dos recursos</b>.</li><li>7. Promover <b>transportes sustentáveis</b> e eliminar os <b>estrangulamentos</b> nas principais redes de infraestruturas.</li></ol>
Crescimento Inclusivo	<ol style="list-style-type: none"><li>8. Promover o <b>emprego</b> e apoiar a mobilidade laboral</li><li>9. Promover a <b>inclusão social</b> e combater a <b>pobreza</b></li><li>10. Investir no <b>ensino</b>, nas competências e na <b>aprendizagem ao longo da vida</b>.</li><li>11. Reforçar a capacidade institucional e uma <b>administração pública eficiente</b>.</li></ol>

Tabela 1: Objetivos Temáticos (OT) da Estratégia Europa 2020.

Fonte: AD&C (2014).

Este quadro europeu serviu de diretriz para a criação do mais recente acordo de parceria, o **Portugal 2020**. O acordo de parceria Portugal 2020 é formado pelos cinco **FEEL**, **FEDER**, **FC**, **FSE**, **FEADER** e **FEAMP**, e programado para vigorar entre 2014 e 2020 (AD&C, FEP|CEF.UP, 2021).

O Portugal 2020 adotou **4 Prioridades de Intervenção** e cada uma destas é gerida através de um **Programa Operacional Temático**, como apresentado na Tabela 2, que tem a sua gestão ainda dependente da Administração Central (AD&C, 2014).

Prioridades de Intervenção	Programas Operacionais Temáticos
Competitividade e Internacionalização	Compete 2020
Inclusão Social e Emprego	POISE
Capital Humano	POCH
Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	POSEUR

Tabela 2: Prioridades de Intervenção e Programas Operacionais Temáticos no Continente.  
Fonte: AD&C (2014).

De acordo com o portal Mais Transparência<sup>4</sup> (2021), os fundos europeus provenientes do Portugal 2020 correspondem a uma verba de **26,1 mil milhões de euros**. À data de 31 de agosto de 2021, a região Norte era a região que recebeu o maior volume de fundos aprovados, chegando aos 10,6 mil milhões de euros. A segunda região a receber o maior volume de fundos aprovados foi o Centro, totalizando 7,5 mil milhões de euros. A região do Alentejo encontra-se em terceiro com 3,2 mil milhões de euros, seguida da R.A. Açores com 1,8 mil milhões de euros (Mais Transparência, 2021). Estas quatro regiões recebem o maior volume de fundos devido ao critério de elegibilidade, apresentado na

<sup>4</sup> Disponível em: <https://transparencia.gov.pt/fundos-europeus/sobre-portugal-2020/>

Tabela 3, em que as regiões classificadas menos desenvolvidas têm prioridade na alocação de fundos (AD&C, 2014).

Categorias de região	Regiões	PIB per capita
Regiões menos desenvolvidas	Norte, Centro, Alentejo e R.A. Açores	<75% da média da UE
Regiões em transição	Algarve	75% - 90% da média da UE
Regiões mais desenvolvidas	A.M. Lisboa e R.A. Madeira	>90% da média da UE

Tabela 3: Categorização das NUTS II por PIB per capita.

Fonte: AD&C (2014).

No gráfico 5, apresentado abaixo, observa-se a distribuição dos investimentos do Portugal 2020 por áreas de intervenção, durante o período de 2014 a 2021.

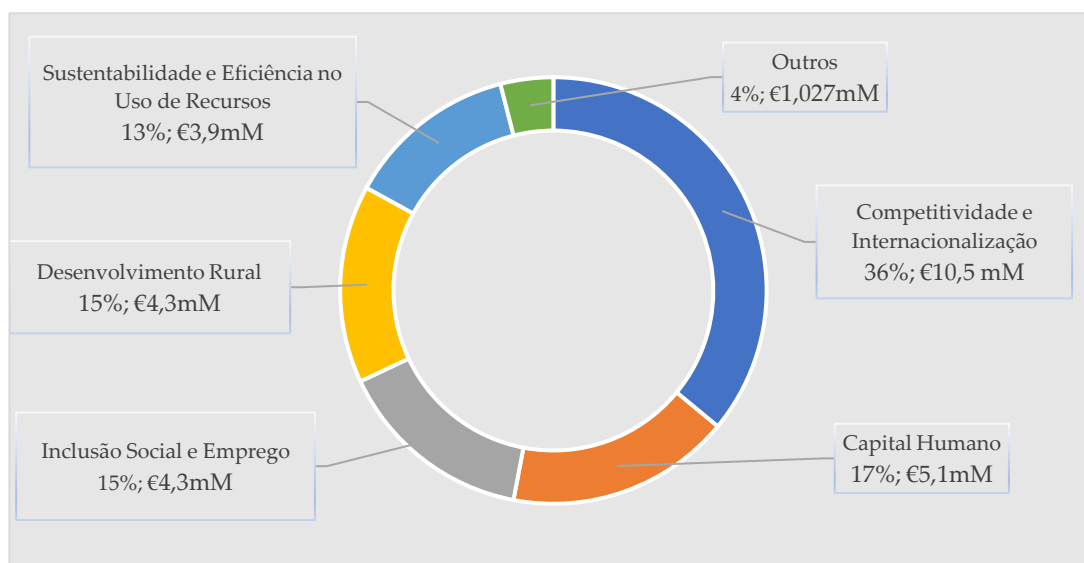


Gráfico 5: Distribuição dos FEEI aprovados do Portugal 2020 por áreas de intervenção (em % do total)

Fonte: Mais Transparência (2021). Elaboração própria.

Relativamente às áreas de intervenção, a **Competitividade e Internacionalização** é a área com maior relevância, com 36% (€ 10,5mM) de fundos aprovados. Dentro desta rubrica de investimento, 53% (€ 5,57mM) foi

direcionado ao apoio e investimento a PMEs e 31% (€ 3,27mM) a Investigação, Desenvolvimento e Inovação. Os restantes 17% são repartidos pelas rúbricas de transportes, emprego, administração pública, TIC e empreendedorismo.

A **segunda área de intervenção é o Capital Humano** que corresponde a **17% (€ 5,1mM)** do valor total dos fundos aprovados, e em último, a área de **Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos** que obteve **13% (€ 3,9mM)** dos valores aprovados (Mais Transparência, 2021).

### **1.2.2 Compete 2020**

De acordo com a análise efetuada na secção anterior, o Programa Operacional (PO) do Acordo de Parceria que representa o maior apoio às empresas nacionais é o PO Competitividade e Internacionalização (POCI), também denominado **COMPETE 2020**.

Por esse motivo e também porque a questão de investigação da presente dissertação é **“Quais os impactos dos FEEI nas empresas portuguesas?”**, torna-se crucial perceber como é que o COMPETE 2020 está organizado de forma a oferecer apoio ao tecido empresarial português, o que motiva o foco desta secção.

Na Tabela 4, apresentada abaixo, estão apresentados os objetivos estratégicos do Compete 2020, assim como os 6 eixos estruturados para auxiliar a realização dos mesmos.

Objetivos Estratégicos	Eixos Prioritários
1. Aumentar a intensidade de tecnologia e conhecimento de vários setores e do conjunto da economia.	I – Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação. (OT1 <sup>9</sup> )
2. Aumentar o peso de atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e internacionalizáveis e a orientação exportadora das empresas portuguesas.	II – Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto. (OT2 e OT3)
3. Capacitar as PMEs para o prosseguimento de estratégias de negócio mais avançadas.	III – Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego. (OT8)
4. Melhorar as condições de transporte e mercadoria entre Portugal e o exterior, com repercussão na redução dos custos e tempos de operação para as empresas.	IV – Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas. (OT7)
5. Melhorar a capacitação, a eficiência e a integração dos serviços públicos, reduzindo custos de contexto.	V – Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública. (OT11)
	VI – Assistência Técnica

Tabela 4: Objetivos estratégicos e Eixos prioritários do Compete2020.

Fonte: COMPETE (2015).

Segundo o Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização (RECI), portaria nº 57-A/2015 <sup>5</sup>, o referido PO está repartido em 4 partes:

- **Sistemas de incentivos às empresas;**
- Sistemas de apoio à transformação digital da Administração Pública;
- Sistemas de apoio à investigação científica e tecnológica;
- Sistemas de apoio a ações coletivas.

De acordo com aquele que é o objetivo desta dissertação, a seguinte secção apenas focará nos SI que se enquadram na questão de investigação, ou seja, nos **sistemas de incentivos (SI) às empresas**. Estes SI abrangem 3 tipologias de investimento:

<sup>5</sup> RECI disponível em: <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/portaria/2015-70790258>

1. Inovação empresarial e empreendedorismo;
2. Qualificação e internacionalização das PME;
3. Investigação e desenvolvimento tecnológico.

O SI à **inovação empresarial e empreendedorismo** estrutura-se nas seguintes 3 áreas de investimento (Diário da República Eletrónico, 2021<sup>6</sup>):

- a) **Inovação produtiva não PME**, cuja prioridade de investimento é a promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento, e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços (OT 1)<sup>7</sup>;
- b) **Empreendedorismo qualificado e criativo**, cuja prioridade de investimento é a promoção do apoio à exploração económica de novas ideias e incentivo a criação de novas empresas (OT 3);
- c) **Inovação produtiva PME**, cuja prioridade de investimento é a *"Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços"* (OT 3).

Já o SI à **qualificação e internacionalização das PME** estrutura-se em duas áreas de investimento (Diário da República Eletrónico, 2021<sup>8</sup>):

- a) **Internacionalização das PME**, cuja prioridade de investimento é o *"Desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização"* (OT 3);
- b) **Qualificação das PME**, cuja prioridade de investimento é a *"Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços"* (OT 3).

---

<sup>6</sup>Fonte: Portaria nº57-A/2015, Regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/portaria/2015-70790258>

<sup>7</sup>Referente aos objetivos temáticos (OT) da Estratégia Europa 2020 apresentados na tabela 1.

<sup>8</sup>Fonte: Portaria nº57-A/2015, Regulamento específico do domínio da Competitividade e Internacionalização <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/portaria/2015-70790258>

Por último, o **SI à investigação e desenvolvimento tecnológico** tem como prioridade de investimento a promoção do investimento das empresas na I&D, desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviço (OT 1).

### 1.2.3 Impactos esperados e atingidos do Portugal 2020

De forma a contribuir para o compromisso dos objetivos da Estratégia Europa 2020, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão definiu algumas metas a serem atingidas no final do período do Portugal 2020, entre as quais (AD&C, 2014):

- 1. Alcançar gastos no valor de 3% do PIB anual em investimento em Investigação e Desenvolvimento:** O Gráfico 6 demonstra o incumprimento relativamente à meta estabelecida para o ano de 2020, visto que Portugal apenas despense por volta 1,4% do PIB em investimentos em I&D. Já a média dos 27 membros da UE também se encontra abaixo da meta definida, mas consideravelmente acima dos valores portugueses (aproximadamente 2,2%).

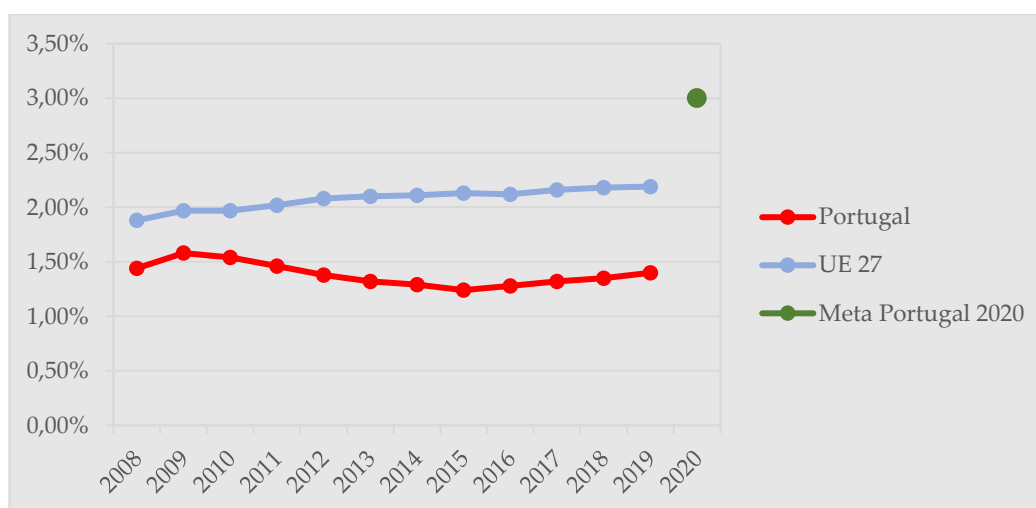


Gráfico 6: Investimento em I&D em % do PIB, no período 2008 - 2019.

Fonte: Pordata (2021). Elaboração própria.

## 2. Alcançar 31% da energia renovável no consumo da energia final:

Portugal, em 2008, usava 22,9% de energia de fontes renováveis no consumo da energia final. Em 2019, o mesmo valor foi de 30,6%. Portugal está muito perto de cumprir a meta estabelecida dentro do prazo estabelecido (período de 2014 a 2020) e encontra-se acima da média dos 27 membros da UE, que em 2009 apresentou 19,7% de consumo de energia de fontes renováveis no total do consumo de energia (ver Gráfico 7).

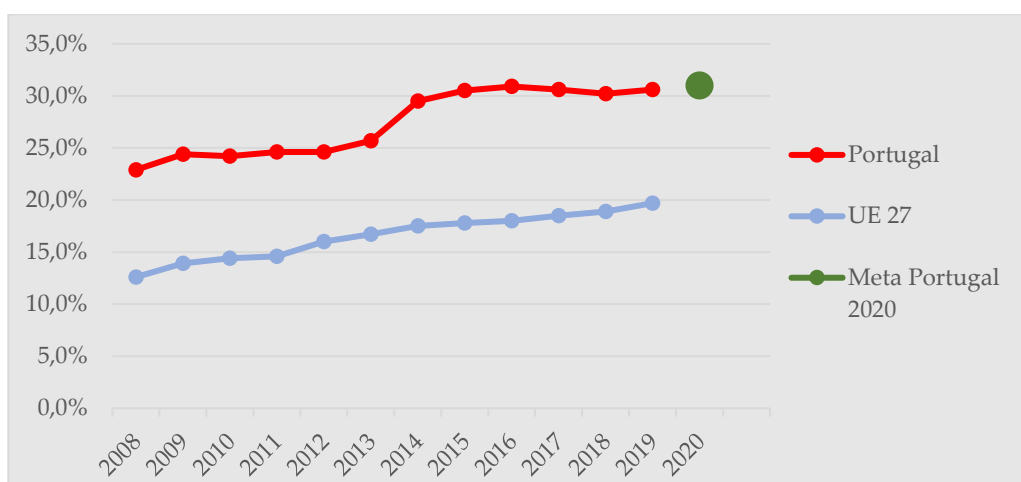


Gráfico 7: Consumo de energia de fontes renováveis em % do consumo da energia final, no período de 2008 - 2019.

Fonte: Pordata (2021). Elaboração própria.

## 3. Alcançar a taxa de emprego (população 20 – 64 anos) de 75%: Como é

possível observar no gráfico 8, Portugal, a partir de 2015, ultrapassou a média dos 27 membros da UE e, em 2018, alcançou a meta estipulada. Já a média da UE encontra-se cerca de 2 pontos percentuais abaixo da meta dos 75%.

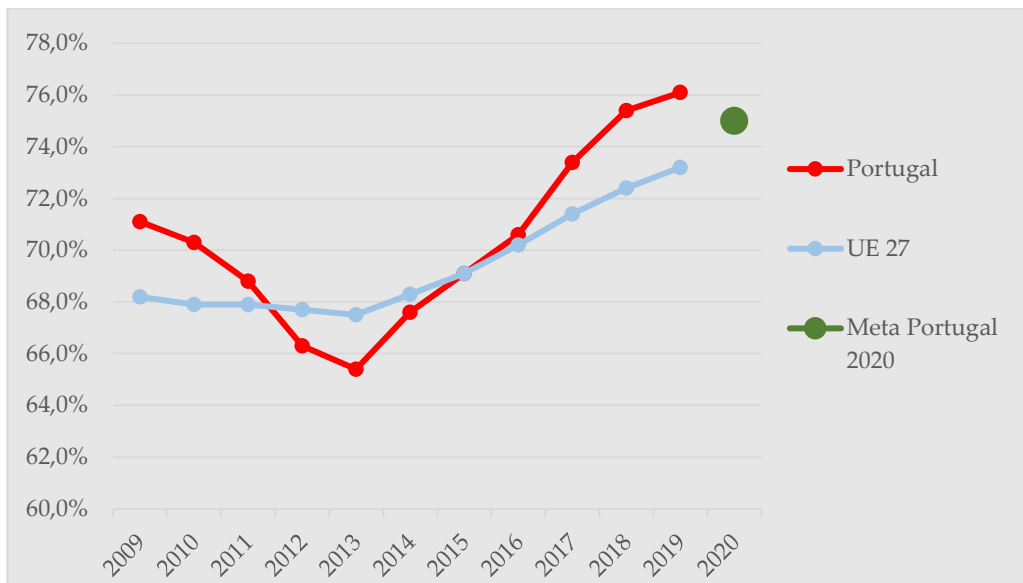


Gráfico 8: Taxa de emprego dos 20 aos 64 anos, no período de 2009 – 2019.  
 Fonte: Eurostat (2021). Elaboração própria.

Alguns estudos salientam outro tipo de impactos esperados do Portugal 2020 sobre a economia portuguesa, nomeadamente, os efeitos sobre o PIB identificados no relatório “Avaliação do Impacto Macroeconómico do Portugal 2020”. Neste estudo, a avaliação do impacto dos FEEI ao nível nacional foi feita através de modelos que consideram o equilíbrio de “steady state”<sup>9</sup> como forma de comparação, de forma a conseguir uma análise dos efeitos dos choques dos respetivos fundos.<sup>10</sup>

Foi, assim, estimado que o impacto dos FEEI sobre o PIB será crescente durante o seu período de intervenção (2015-2023), atingindo o máximo de 1,9% face ao “steady state”, em 2022, e de 2,3% se for considerada também a despesa pública nacional. Após o término da execução dos fundos, em 2024, é prevista uma quebra do impacto sobre o PIB para 1,6% e 1,9%, considerando a despesa pública

<sup>9</sup> “Steady state” é um conceito económico importante nos modelos de crescimento económico; este implica que, no longo-prazo, a economia se encontra num equilíbrio chamado “estado estacionário”, ou seja, que a economia está estabilizada. Neste estado, o consumo per capita está estabilizado e o investimento iguala as depreciações e, portanto, o novo capital apenas compensa o capital depreciado e o crescimento económico é nulo. (Mankiw N., 2009).

<sup>10</sup> A Comissão Europeia estipula o equilíbrio de “steady state” para cada estado-membro; neste caso, para Portugal, assume-se uma taxa de desemprego de 12% e uma taxa de inflação de 0,5%, em 2015. (AD&C, 2014).

nacional<sup>11</sup>. O impacto decrescente previsto persistirá cerca de 50 anos, estimando-se que, em 2073, ainda seja de 0,6% sobre o PIB e de 0,7% se for considerada também a despesa pública nacional (AD&C, 2021). Na Tabela 5, é possível observar a média anual dos impactos dos FEEI no PIB.

<b>Impacto dos FEEI no PIB</b>	<b>2015-2023</b>	<b>2015-2033</b>	<b>2015-2053</b>	<b>2015-2073</b>
<b>Financiamento comunitário</b>	1,09%	1,31%	1,24%	1,08%
<b>Despesa Total</b>	1,30%	1,56%	1,47%	1,28%

Tabela 5: Impacto dos FEEI no PIB, média anual dos períodos considerados (variação % face ao steady state).

Fonte: AD&C (2019).

De acordo com o mesmo relatório, o impacto acumulado dos FEEI representa um efeito multiplicador de 2,98 50 anos após o final da intervenção dos fundos (isto é, em 2073). Se for adicionada a despesa pública nacional, o efeito multiplicador é de 3,01. Este efeito significa que, **por cada euro gasto** proveniente dos FEEI, **o PIB terá aumentado cerca de 3 euros**, em valor atualizado e a preços constantes, como é possível confirmar na Tabela 6, abaixo.

<b>Multiplicador acumulado do impacto dos FEEI no PIB</b>	<b>2015-2023</b>	<b>2015-2033</b>	<b>2015-2053</b>	<b>2015-2073</b>
<b>Financiamento Comunitário</b>	0,87	1,75	2,65	2,98
<b>Despesa Total</b>	0,88	1,78	2,68	3,01

Tabela 6: Multiplicador acumulado do impacto dos FEEI no PIB face ao steady state.

Fonte: AD&C (2019).

<sup>11</sup> Devido à crise pandémica provocada pela Covid-19, foram adicionados 4,5 mil milhões de euros de contrapartida nacional ao pacote de 26,1 mil milhões de euros provenientes do Acordo de Parceria, com o objetivo de amortizar o impacto da mesma, totalizando uma verba de 31,6 mil milhões de euros.

Portanto, conclui-se que o financiamento proveniente do Acordo Parceria vai se refletir através de um efeito multiplicador, importante e impulsionador do crescimento económico, facilitando, também, a mitigação dos impactos provenientes da pandemia provocada pela Covid-19 (AD&C, 2019).

Para além dos objetivos do Portugal 2020 e dos seus efeitos sobre o PIB nacional, é possível identificar **resultados práticos** de todos os projetos do Portugal 2020, discriminado por Programas Operacionais Temáticos, disponível no Anexo 3.

### 1.2.4 Perceção dos portugueses sobre Portugal 2020

Perceber a importância dos FEEI pode passar também por perceber como estes são percecionados pelo cidadão português.

O artigo de Nishimura e colegas (2021) serviu este propósito de compreender qual a perceção dos portugueses quanto aos seguintes aspetos:

1. Conhecimento sobre a existência do programa Portugal 2020;
2. Credibilidade do programa financiado pelos FEEI para o desenvolvimento de Portugal e as suas regiões;
3. Grau de confiança na alocação dos fundos e na meritocracia dos projetos aprovados.

Foi feito um estudo que analisou os 3 aspetos apresentados, tendo uma amostra de 1 119 participantes, todos residentes em Portugal. Os participantes eram todos maiores de idade<sup>12</sup>, com diferentes qualificações académicas<sup>13</sup>, 47,3% homens, 52,3% mulheres e 0,4% outro género. Este estudo foi feito através de um

---

<sup>12</sup> 11,5% entre 18-22 anos; 11,3% entre 23-29 anos; 9,5% entre 30-36 anos; 18,9% entre 37-43 anos; 20,6% entre 44-50 anos; 15,5% entre 51-57 anos; 9% entre 58-64 anos; 3,8% com mais de 65 anos.

<sup>13</sup> 13% com 12º ano concluído; 34,4% com licenciatura; 28,2% com mestrados ou pós-graduações; 19,6% com doutoramentos; 2,8% com pós-doutoramentos; 2,5% com outro nível de educação.

questionário online, confidencial, entre junho e dezembro de 2020, com 6 perguntas sociodemográficas e outras 7 sobre o impacto dos FEEI em Portugal.

De acordo com o estudo, 79,2% das pessoas inquiridas estavam familiarizadas com o programa Portugal 2020.

Quanto à credibilidade do Programa, 67% dos participantes consideraram importante ou muito importante e 76% dos participantes consideraram que os fundos contribuiriam para o desenvolvimento da região em que vivem.

Relativamente ao último aspeto, o grau de confiança dos participantes na adequação e transparência na alocação dos fundos, 30,6% consideraram alto ou muito alto e 14,2% consideraram baixo ou muito baixo, sendo que a maior parte (51,6%) atribuiu um grau de confiança médio.

Uma grande proporção dos participantes, 53,4%, respondeu que existe corrupção na alocação dos fundos e apenas 11,8% responderam que acreditam que não existe corrupção na alocação dos fundos. Foram feitos comentários acerca da possível existência de favoritismo, “lobbying”, e outros tipos de parcialidade na aprovação de projetos (Nishimura et al., 2021).

De acordo com o analisado nesta secção e também com o conteúdo de secções anteriores, é possível concluir que, para além de Portugal ter acesso aos FEEI, é tão ou mais importante a forma como o Governo português os distribui e executa. Esta forma de gestão dos FEEI deverá ser menos burocrática, mais simples e, sobretudo, mais transparente (Zaman et al., 2014).

### **1.2.5 Impactos do atual Acordo de Parceria (2014-2020) na Europa: comparações com Portugal**

É importante perceber se os efeitos observados no contexto português se assemelham aos encontrados noutros países. Para tal, foi recolhida informação respeitante a diversos estudos sobre os impactos do Acordo Parceria atual (2014-2020) em várias dimensões: na generalidade da EU, na UE-15, na EU-12, nos países que aderiram em 2004 e 2007, na Roménia e também na região da Andaluzia. Os aspetos mais relevantes salientados nesses estudos encontram-se resumidos na Tabela 7 abaixo.

## Conclusões do impacto dos FEEI

(Fidrmuc et al., 2021)	Europa	<p>“FEEIs impulsionam significativamente o crescimento regional. (...) A Política de Coesão facilita a convergência e reduz as diferenças entre o desenvolvimento regional na UE”.</p> <p>“O maior impacto da Política de Coesão ocorre nas regiões vizinhas e não na região que recebe diretamente os FEEIs (via efeito de transbordamento)”.</p>
(Mesonada & Manteiga, 2020)	Espanha	<p>“Incluindo dados da EU12<sup>13</sup>, constatamos que a Política de Coesão promove o crescimento regional”.</p> <p>“Tanto no curto como no longo prazo, a taxa de crescimento correlaciona-se com os FEEIs.”</p>
(Dinu et al., 2020)	Roménia	<p>“O Programa Nacional de Desenvolvimento Rural 2014-2020 é um dos fatores chave que impulsionam as áreas rurais da Roménia para um futuro mais sustentável”.</p>
(Bachtrögler et al., 2020)	Europa	<p>“Apoios (FEEIs) às empresas tendem a ser mais eficazes nos países mais pobres e, dentro de cada país, nas regiões mais pobres; o que vai de encontro com o princípio da Política de Coesão”.</p>
(Cerqua & Pellegrini, 2018)	Europa dos 15 <sup>19</sup>	<p>“Efeito positivo dos FEEIs no crescimento regional (...) a função de crescimento é côncava, com valor máximo de cerca de €350 a €400 per capita.”</p> <p>“Portanto, os FEEIs poderiam ser alocados a outras regiões sem reduzir o efeito primeiras regiões e, plausivelmente, aumentando o efeito noutras regiões desfavoráveis”.</p>
(Gagliardi & Percoco, 2017)	Europa	<p>“O impacto da Política de Coesão foi particularmente evidente nas áreas rurais próximas à cidade (...) áreas rurais próximas aos centros das cidades, foram capazes de atender à crescente procura por espaço e acomodar fluxos de pessoas e atividades empresariais.”</p>
(Rodríguez-Pose & Garcilazo, 2015)	Europa	<p>“Tanto os investimentos regionais da UE como a qualidade do governo fazem diferença para o crescimento regional; mas, acima de um certo nível de investimento, a qualidade do governo (instituições) – para a grande maioria das regiões – é o fator básico que determina por que uma região cresce.”</p>
(Cardenete & Delgado, 2015)	Andaluzia, Espanha	<p>“Impulso na economia regional (Andaluzia) devido à ajuda comunitária (FEEIs).”</p> <p>“Os resultados obtidos no estudo sobre a economia regional (Andaluzia) no período de 7 anos (2014-2020) revelam que o contributo positivo dos FEEI para os principais indicadores macroeconómicos”.</p>

(Zaman et al., 2014)	Roménia	“A análise da absorção dos FEEI revelou a importância de despolitizar a Administração Pública, desburocratizando e simplificando os processos de acesso a fundos europeus, e aumentar a transparência e a confiança entre níveis de governo local e central”.
(Popa, 2012)	Europa	“O período de 2014-2020 ofereceu aos novos estados-membros da UE uma oportunidade única de melhoria para acelerar o processo de recuperação.”

Tabela 7: Principais conclusões de alguns estudos sobre os impactos dos FEEI (2014-2020) nos Estados Membros da União Europeia. Elaboração própria.

De entre várias conclusões desses estudos, salientam-se duas abaixo descritas que corroboram a revisão de literatura apresentada até aqui.

Uma das principais conclusões é que, efetivamente, a Política de Coesão tem o efeito pretendido, isto é, reduzir as disparidades económicas e sociais entre regiões da UE, e que, quando aplicados a países / regiões mais pobres, os FEEI têm um efeito mais acentuado do que quando aplicados às regiões mais ricas (Bachtrögler et al., 2020; Cerqua & Pellegrini, 2018). Conforme visto nas secções 1.1 e 1.2.3., esta conclusão também se aplica ao caso de Portugal, visto que os FEEI têm tido um impacto positivo no seu desenvolvimento, aproximando o país das restantes regiões da UE.

Outra conclusão importante é que a eficiência da distribuição dos FEEI está refém da qualidade do Governo recetor do investimento e da qualidade das suas instituições (Rodríguez-Pose & Garcilazo, 2015). A isto acresce a necessidade de simplificação e desburocratização dos processos de acesso a FEEI e o aumento a transparência (Zaman et al., 2014), conclusão que também se aplica ao caso português, conforme visto na secção 1.2.4.

## 1.3 Impacto dos FEEI na performance das empresas em Portugal

Nas secções anteriores foram passados em revista os impactos globais ou a nível macroeconómico dos FEEI em Portugal, em específico do Portugal 2020. Contudo, dado o objetivo deste trabalho de investigação, importa perceber em concreto o impacto destes fundos na performance das empresas, e não apenas a nível meso ou macroeconómico, como anteriormente. A pesquisa levada a cabo no sentido de recolher estudos que analisem este tipo de impacto no contexto empresarial português levou à identificação de um trabalho relevante, o relatório “Avaliação do Impacto dos FEEI no desempenho das empresas”, elaborado pelo ISCTE. Este estudo analisou o impacto dos SI do QREN no desempenho das empresas portuguesas beneficiárias e servirá de base para a investigação em que este trabalho está assente.

Para a avaliação do impacto do SI, o estudo acima referido considerou 50 variáveis de desempenho empresarial organizadas nas seguintes 11 dimensões: investimento, crescimento, situação financeira, qualificação dos recursos humanos, inovação, internacionalização, competitividade, ecoeficiência, igualdade de género, qualidade do emprego e distribuição de rendimentos (ver Anexo 1).

As fontes de dados utilizadas foram o INE, MTSSS, a base de dados do SI QREN, entre outras. Após a recolha de dados e devido tratamento foram testados alguns métodos de emparelhamento (matching) que usualmente são utilizados em estudos com propósitos semelhantes ao apresentado, e o método principal foi o *Mahalanobis Distance Matching (MDM)*, seguido do *Propensity Score (PSM)*. O objetivo destes métodos é identificar e avaliar o efeito do tratamento através das comparações entre as unidades tratadas e as não tratadas, isto é, neste caso, o

efeito do apoio dos FEEI em empresas apoiadas com características semelhantes às não apoiadas (Mamede et al., 2018).

Os resultados do estudo revelam impactos relevantes em todas as dimensões consideradas. A Tabela 8 sumaria os resultados estatisticamente significativos e robustos aos dois métodos anteriormente mencionados, assim como os principais resultados do estudo.

<b>Dimensão de desempenho</b>	<b>Variável de impacto</b>	<b>Impacto (MDM)</b>
<b>Investimento</b>	FBCF	€ 317,78
<b>Situação Financeira</b>	Autonomia Financeira	0.03 p.p.
	Liquidez geral	- 0.48
<b>Qualificações</b>	Nº de trabalhadores com formação superior	1.6
	Nº de trabalhadores de C&T	1.6
	Nº de trabalhadores Qualificados	4.4
<b>Inovação</b>	Despesas em I&D	€ 38,73
	Intensidade de I&D no VAB	0.03
	Probabilidade de pedido de patentes	2 p.p.
	Probabilidade de pedido de marca	11 p.p.
	Probabilidade de obtenção de nova certificação	6 p.p.
<b>Internacionalização</b>	Diversificação geográfica das exportações	2 p.p.
	Exportações	€ 578,6
	Intensidade exportadora	0,04 p.p.
	Exportações para a UE	€ 431,20
<b>Crescimento</b>	Pessoal ao serviço	8.23
	Valor acrescentado (VAB)	€ 376,11

	Volume de Negócios (VN)	€ 839
<b>Competitividade</b>	Quota VN	0,02 p.p.
	Resultado Líquido do Período	€ 452,40
<b>Ecoeficiência</b>	Intensidade de uso de combustíveis	-0,01
<b>Qualidade do emprego</b>	Nº trabalhadores com contrato sem termo	3.3
	Incidência de contratos de trabalho temporário	4 p.p.
<b>Distribuição de rendimentos</b>	Gastos médios anuais com o pessoal	€ 420
<b>Igualdade de género</b>	Salário das mulheres face ao dos homens	€ 9,5

Tabela 8: Principais resultados, e estatisticamente significativos e robustos, dos SI do QREN nas empresas apoiadas, no final do terceiro ano de acesso aos apoios públicos, em algumas das variáveis de impacto<sup>14</sup>.

Fonte: (Mamede et al., 2018). Elaboração própria.

De acordo com o mesmo estudo, em termos globais, os efeitos dos SI QREN nas variáveis apresentadas acima mantêm-se positivos vários anos após o início dos projetos apoiados e as empresas apoiadas continuam a registar um investimento acumulado superior a empresas semelhantes que não beneficiam dos apoios. Os apoios do SI QREN conduziram ao crescimento e competitividade das empresas apoiadas em termos de VAB, volume de negócios e resultado líquido e também foram importantes na internacionalização das empresas apoiadas, proporcionando um aumento nas exportações, diversificação geográfica das exportações e na intensidade exportadora.

Relativamente à qualidade de emprego, foi observado o aumento do volume de trabalhadores e o aumento dos rendimentos médios dos mesmos, enquanto que, em contrapartida, aumentou a incidência do trabalho temporário. Também foi possível concluir que, na generalidade, quando as intensidades do incentivo são relativamente reduzidas, os resultados são mais favoráveis em termos de custo-eficácia (Mamede et al., 2018). Esta conclusão corrobora a tese defendida por Cerqua & Pellegrini (2018), (ver Tabela 7). Estes dois autores afirmam que a

<sup>14</sup> Definição das variáveis de impacto disponíveis no Anexo 2.

função de crescimento, relativa aos efeitos da captação dos FEEL, é côncava, o que significa que existe um valor máximo de retorno sobre o investimento feito e que a partir desse nível o investimento poderia e deveria ser alocado a outra região / empresa que não reduziria o efeito das primeiras regiões / empresas.

O estudo concluiu ainda que o SI Inovação foi a tipologia que apresentou maior impacto na maioria das variáveis (tanto absolutos como relativos), principalmente a nível de produtividade, o que pode ser resultado do maior investimento sobre capital fixo, que impulsiona maiores aumentos do valor acrescentado por trabalhador (Mamede et al., 2018).

Adicionalmente, o estudo aponta que os SI QPME apresentam resultados superiores à média em relação às variáveis de intensidade de exportação, diversificação geográfica dos mercados e probabilidade de registo de marcas (que vai de encontro com os objetivos desta tipologia) (Mamede et al., 2018).

## 1.4 Conclusões da Revisão da Literatura

A revisão da literatura aqui levada a cabo permite concluir que os FEEI têm tido um efeito dinamizador na economia nacional e europeia. Com a visão focada na convergência entre regiões desniveladas, tanto social como economicamente, as regiões mais carenciadas são a prioridade do financiamento proveniente dos FEEI. Assim sendo, é possível concluir que o investimento nestas regiões mais pobres é mais eficaz (custo-benefício,) assim como beneficia as regiões não só alvo de investimento, mas também as suas regiões vizinhas.

Outra conclusão importante é que a desburocratização e transparência dos acessos aos FEEI, e a qualidade das instituições que recebem e distribuem os fundos, influenciam os resultados do investimento dos mesmos, assim como a sua eficácia.

Por fim, a conclusão mais relevante no contexto deste trabalho de investigação é que os SI são o principal instrumento de apoio ao financiamento das empresas nacionais, proveniente dos FEEI. Conforme visto na secção 1.3., este instrumento teve, durante o QREN, um efeito positivo e significativo em diversas dimensões de desempenho das empresas, a saber: Investimento, Situação Financeira, Qualificações, Inovação, Internacionalização, Crescimento, Competitividade, Qualidade do emprego e Distribuição de rendimentos. Até à data atual não são conhecidos estudos que avaliem este tipo de efeitos do mais recente quadro de apoio comunitário em Portugal, isto é, o Portugal 2020. Assim, e conforme mencionado na Introdução, este trabalho de investigação propõe-se tentar perceber os efeitos do Portugal 2020 sobre a performance das empresas, tendo como referência as dimensões de impacto, e respetivas variáveis, identificadas acima. A metodologia adotada para esta análise é descrita no capítulo que segue.

# Capítulo 2: Metodologia

Este capítulo tem o intuito de apresentar a metodologia que foi escolhida para a realização desta dissertação que objetiva analisar os impactos dos FEEI nas empresas portuguesas. Primeiro é explicado o método de investigação, seguido da descrição do processo de seleção de casos de estudo e, por último, os instrumentos de recolha de informação.

## 2.1 Descrição do método

Dado o objeto desta investigação, isto é, a análise e a compreensão da forma como os FEEI podem impactar as empresas portuguesas, o método de análise escolhido para dar resposta a esta questão é o método **qualitativo**. Este método caracteriza-se pelo uso de dados ou informação que não está meramente expressa em números (Tesch, 1990). Este método de investigação permite obter uma descrição de fenómenos complexos assim como explicações para os mesmos (Sofaer, 1999).

Para tal, o estudo empírico irá ser baseado em **casos de estudo**. Concretamente, o método usado será o de **múltiplos casos de estudo**, o que permite explorar as diferenças e semelhanças entre casos, assim como um entendimento mais abrangente da questão e que não está sujeito ao viés de um caso apenas em particular (Tesch, 1990).

Os casos de estudo são constituídos por empresas com projetos de investimento que receberam apoio no âmbito dos Sistemas de Incentivo do Compete 2020, Programa Operacional do Portugal 2020.

## **2.2 Seleção dos casos**

De forma a garantir a pertinência da informação recolhida para efeitos da principal questão deste trabalho de investigação, a seleção das empresas cujos projetos de investimento serão caso de estudo foi feita através de vários critérios de seleção.

Primeiramente, foi construída uma lista das empresas com projetos de investimentos cujas candidaturas ao Portugal 2020 foram feitas pela Eirostec, empresa na qual está a decorrer o estágio curricular associado a esta dissertação, lista esta composta por 121 empresas.

Formada a lista inicial, os critérios para a escolha dos casos de estudo foram os seguintes: empresas que tenham projetos de investimento no âmbito dos SI do Compete 2020, devido à sua maior importância, como explicado nas secções 1.1.4 e 1.2.2.; empresas cujos projetos já estejam finalizados e que, desta forma, seja possível uma avaliação do pré e pós projeto de investimento; finalmente, projetos de empresas beneficiárias com atividades similares ou relacionadas para permitir algum grau de comparação entre empresas. Com base na aplicação destes critérios de seleção chegou-se a uma lista de duas empresas com projetos apoiados pelo Portugal 2020: a Formefeitos e a Innoverse.

## **2.3 Recolha de dados**

O uso de dois casos de estudo como estudo empírico serve o propósito de perceber de que forma os FEEI impactaram a performance das empresas, permitindo ainda fazer algumas comparações. Para a análise destes impactos, é indicado o uso de variadas fontes de informação, na medida em que isso contribui para uma melhor e mais fundamentada análise. Para analisar os

impactos que surgem refletidos nas diversas dimensões de performance identificadas na secção 1.3 e sumariados na Tabela 8 apresentada nessa secção, recorrer-se-á, assim, a três fontes de informação essenciais.

Primeiro, a análise documental, como relatórios de atividade e as IES (Informação Empresarial Simplificada) referentes aos anos em que decorreram os projetos de investimento das empresas selecionadas e financiadas pelo Portugal 2020, que permitirão quantificar os impactos nas dimensões anteriormente mencionadas para cada uma das empresas selecionadas.

Segundo, recorrer-se-á à análise dos pedidos de pagamentos efetuados pela Innoverse e da Formefeitos no âmbito dos projetos financiados pelo Portugal 2020, de forma a entender que rúbricas de investimento foram realizadas e complementar as restantes fontes de informação.

Por último, pretendendo-se, também, averiguar como é que as empresas percecionaram esses efeitos, foram realizadas entrevista aos diretores executivos das empresas. Estas entrevistas incorporaram perguntas sobre as várias dimensões de impacto atrás identificadas, permitindo a recolha de dados mais complexos, que não são possíveis traduzir em dados quantitativos, o que favorece uma análise mais abrangente dos efeitos dos FEEI. A entrevista é semiestruturada, obedecendo a um guião (disponível no Apêndice A), organizado em 3 secções:

1. Informação geral da empresa;
2. Informação sobre o processo de financiamento do Portugal 2020;
3. Informação sobre o impacto do apoio do Portugal 2020 na performance das empresas.

A primeira secção corresponde ao enquadramento da empresa e do próprio/a entrevistado/a. A segunda secção corresponde à caracterização feita pela empresa estudada sobre o processo de financiamento do Portugal 2020, que embora não constitua o principal propósito desta dissertação, terá interesse dadas as

conclusões da revisão de literatura conduzida nas secções 1.2.4 a 1.2.5., nomeadamente no que respeita à burocracia e à transparência do processo. Por último, a terceira secção e a mais importante da entrevista, serve para entender quais foram os impactos do apoio financiado pelos FEEI nas empresas, e como as próprias os percebem.

# Capítulo 3: Os casos de estudo da Formefeitos e da Innoverse

No presente capítulo, são apresentados e discutidos os casos de estudo com o propósito de entender qual o impacto do Portugal 2020 no desempenho das empresas escolhidas, a Formefeitos e a Innoverse, ambas produtoras de artigos em madeira.

## 3.1 Formefeitos

### 3.1.1 Breve descrição da empresa

A Formefeitos, fundada em 2003 e sediada em Santo Tirso, distrito do Porto, tem como objeto o fabrico e retalho de móveis e artigos de mobiliário, principalmente em madeira. Atualmente, a Formefeitos dedica-se ao desenho, fabrico e instalação de todo o tipo de mobiliário, desde cozinhas, móveis de casa de banho, móveis roupeiros, mobiliário de decoração, pavimentos, rodapés, tetos e todo o tipo de soluções para habitações, escritórios, hotéis e serviços. José Maia, CEO da empresa, descreve a Formefeitos como “o alfaiate do mundo da decoração”.

Abordado sobre o percurso da empresa desde a sua criação até hoje, José Maia afirmou que um dos pontos mais importantes é a relevância que tem sido dada à inovação e ao investimento, que se constituem como elementos de uma das principais políticas da empresa. De acordo com a IES de 2020, nesse ano, a Formefeitos apresentou um volume de negócios de €1.841.108,21 e empregava 45 trabalhadores. Relativamente a exportações, a Formefeitos tem uma considerável presença nos mercados externos, principalmente em França, Suíça e Reino Unido.

Em 2020, as exportações representaram 56% do volume de negócios da Formefeitos. A empresa obteve o certificado de PME líder<sup>15</sup> em 2017, 2018 e 2020.

Entre 2015 e 2020, a Formefeitos obteve o apoio dos FEEI em seis projetos de investimento.

### **3.1.2 Processo de financiamento do Portugal 2020**

Como mencionado acima, a Formefeitos recorreu aos financiamentos do Portugal 2020 em seis projetos de investimento provenientes das seguintes tipologias de SI: dois de Internacionalização, um de Qualificação das PME, um de Inovação Produtiva, um do Adaptar PME e um de Apoio à Produção Nacional. As razões do recurso aos FEEI mencionadas por José Maia foram a procura por mais qualidade, tanto nos processos produtivos como nos produtos, e maior organização, de forma a responder ao mercado que se tem tornado cada vez mais exigente. De acordo com o CEO, este auxílio proveniente dos FEEI, através do Portugal 2020, foi importante na medida em que permitiu à Formefeitos crescer e investir de forma mais acelerada do que se o mesmo investimento fosse feito sem o acesso aos FEEI, permitindo aumentar a sua competitividade, o que corresponde a um dos objetivos do Portugal 2020 (OT3, apresentado na Tabela 1).

Um ponto salientado pelo representante da Formefeitos é o facto de os apoios financeiros serem demorados devido à burocracia necessária em cada pedido de pagamento ao Portugal 2020, o que dificulta a continuação da atividade das empresas beneficiárias por constrangimentos no que respeita a recursos monetários. Esta observação do CEO da Formefeitos está alinhada com as conclusões de Pires (2017) e Zamal et al. (2014) quanto à avaliação dos FEEI, conforme revisto nas secções 1.1 e 1.2.5, respetivamente.

---

<sup>15</sup> PME líder é um certificado de reputação, criado pelo IAPMEI, que distingue as empresas cujos desempenhos são relativamente superiores, conferindo-lhes notoriedade e acesso facilitado ao financiamento (IAPMEI, 2022).

### **3.1.3 Impactos do Portugal 2020 na empresa**

Na realização desta secção é importante salientar que a Formefeitos realizou e concluiu três dos seis projetos de investimento antes de 2019, incluindo as seguintes tipologias: um de Inovação Produtiva, um de Internacionalização e outro de Qualificação das PME. Os outros três projetos começaram depois de 2020 e ainda estão em curso, o que impossibilita a respetiva avaliação. Assim sendo, admitiu-se como anos de avaliação o ano de 2015, ano anterior ao início do primeiro projeto de investimento financiado pelo Portugal 2020, e o ano de 2019, ano seguinte ao encerramento do último projeto de investimento já terminado.

Durante a recolha e tratamento da informação, através das fontes mencionadas na secção 2.3, não foi possível aceder a dados relacionados com algumas das variáveis enunciadas na Tabela 8 (secção 1.3). Desta forma, foram removidas da análise as seguintes variáveis: nº de trabalhadores com formação superior, nº trabalhadores de C&T, nº de trabalhadores qualificados, despesas em I&D, intensidade de I&D no VAB, VAB, quota do volume de negócios, intensidade de uso de combustíveis, nº de trabalhadores com contrato sem termo, incidência de contratos de trabalho temporário e o salário das mulheres face aos homens. No caso da variável de FBCF, embora faça sentido no contexto de uma análise numa perspetiva macroeconómica, como a conduzida por Mamede e colegas (2018), o mesmo já não se aplica ao tipo de análise do presente estudo. Assim, no sentido de ter uma representação da dimensão Investimento, foi utilizada para avaliar esta dimensão a variável ativos fixos tangíveis (AFT). Relativamente à dimensão da Inovação, que no estudo de Mamede e colegas (2018) é avaliada através de diversas variáveis de probabilidade, no contexto do presente trabalho a avaliação será feita com base na realização, ou não, de pedidos de marca, de patente ou de nova certificação. Quanto à dimensão de Qualificações, foi considerada uma variável relativa à contratação de

trabalhadores altamente qualificados, enquanto que a avaliação da dimensão Ecoeficiência será analisada, à semelhança do que é feito para a dimensão de Inovação, com recurso a informação sobre a realização, ou não, de investimentos relacionados com a ecoeficiência. Por último, no que respeita à dimensão da Internacionalização e à variável diversificação geográfica, devido à natureza da informação recolhida, será analisada à margem na Tabela 9.

Após a análise das IES de 2015 e de 2019 da Formefeitos, é possível verificar que vários dos indicadores analisados revelam alterações favoráveis. A Formefeitos apresentou resultados positivos em 8 das 9 dimensões de análise. Estes resultados estão, de uma forma geral, alinhados com as conclusões do estudo revisto na secção 1.3. A Tabela 9 resume a evolução das variáveis de análise que foi possível avaliar através da informação proveniente principalmente das IES e, também, da entrevista com José Maia.

Dimensão de desempenho	Variável de impacto	2015	2019	Variação relativa
<b>Investimento</b>	Ativos Fixos Tangíveis	807 341,43 €	1 322 216,13 €	63,8%
<b>Situação Financeira</b>	Autonomia Financeira	25,57%	32,61%	27,5%
	Liquidez geral	1,06	0,77	-27,1%
<b>Qualificações</b>	Nº de trabalhadores altamente qualificados	+ 2 trabalhadores altamente qualificados		
<b>Inovação</b>	Pedido de patente	Não	Não	
	Pedido de registo de marca	Não	Sim	
	Pedido de obtenção de nova certificação	Não	Sim	
<b>Internacionalização</b>	Exportações	619 573,46 €	815 876,32 €	31,7%
	Intensidade exportadora	49,15%	33,99%	-30,8%
	Exportações para a UE	513 582,16 €	731 417,43 €	42,4%
<b>Crescimento</b>	Pessoal ao serviço	17	41	141,2%
	Volume de Negócios	1 260 655,23 €	2 400 494,24 €	90,4%
<b>Competitividade</b>	Resultado Líquido do Período	32 627,97 €	86 038,97 €	163,7%
<b>Ecoeficiência</b>	Investimentos relacionados	Sim		
<b>Distribuição de rendimentos</b>	Gastos médios anuais com o pessoal	13 350,44 €	14 815,83 €	11%

Tabela 9: Variação relativa<sup>16</sup> das variáveis de impacto entre o período de 2015 e de 2019.  
Fonte: IES da Formefeitos relativas ao mesmo período.

A entrevista a José Maia permitiu concluir que o **investimento** em equipamentos para o processo produtivo foi uma das prioridades dos projetos

<sup>16</sup> Variação relativa = [(valor final – valor inicial) / valor inicial] X 100

financiados pelos FEEI. É possível comprovar isto através das IES analisadas, onde se observa que a Formefeitos aumentou os seus ativos fixos tangíveis de €807.341,43, em 2015, para €1.322.216,13, em 2019, verificando-se um aumento de cerca de 64% no período analisado. O crescimento desta rubrica deve-se, sobretudo, às despesas realizadas no projeto de investimento da tipologia de inovação produtiva, onde a maior parte do investimento foi direcionado precisamente para ativos fixos tangíveis importantes para o processo produtivo, como um CNC (computer numerical control) e uma orladora. De acordo com o CEO da empresa, estas máquinas oferecem um nível de eficiência e precisão que o processo manual não consegue alcançar e permitem automatizar o processamento de matéria-prima de acordo com as especificações indicadas.

Mesmo antes do acesso ao financiamento do Portugal 2020, a **situação financeira** da Formefeitos já era relativamente saudável, apresentando, em 2015, uma autonomia financeira de 25,57%, bem acima do mínimo requerido de 15% pelo Portugal 2020. Em 2019, esta rubrica apresentava uma subida de aproximadamente 7 pontos percentuais. Em contrapartida a liquidez geral desceu. Uma das razões para tal é o facto de este indicador analisar a capacidade de liquidez de uma empresa no curto-prazo (só inclui o ativo e passivo corrente). Como a maior parte do investimento foi feito em ativos fixos, ou seja, ativo não corrente, este não é tido em conta na equação.

Relativamente às **qualificações** do pessoal empregado, embora não tenha sido possível obter informação detalhada sobre a distribuição dessas qualificações, o CEO da Formefeitos afirma que estão a ser alocados esforços a esta dimensão através de formações e reuniões de grupo para que seja possível a partilha de conhecimento. Adicionalmente, o projeto de investimento que contribui

diretamente para uma melhoria nesta rúbrica foi no âmbito dos SI Qualifica o, em que a contrata o de dois trabalhadores altamente qualificados<sup>17</sup> foi apoiada.

Por outro lado, a Formefeitos priorizou o investimento em **inova o**. Com uma perspetiva de que sem investimento em inova o, uma empresa perde a oportunidade de competir no mercado, José Maia afirma que toda a inova o fruto dos projetos de investimento financiados pelo Portugal 2020 permitiu   Formefeitos aumentar a sua capacidade produtiva e torná-la mais competitiva dentro do setor do mobiliário e decora o. Isto refletiu-se na obten o pela Formefeitos do certificado de PME líder nos anos de 2017, 2018 e 2020, assim como no registo da marca tanto a nível nacional como internacional. De salientar que a Formefeitos também obteve o certificado ISO 9001, norma importante na garantia de um sistema de gestão de qualidade, e a mesma foi apoiada pelo projeto no âmbito dos SI Qualifica o.

Quanto   **internacionaliza o** da Formefeitos, o resultado global foi positivo como se pode verificar na Tabela 9. Apesar de a intensidade exportadora apresentar uma varia o negativa, apenas assim o   porque o volume de negócios cresceu consideravelmente mais do que as exporta oes. Em 2015, a Formefeitos apresentou exporta oes no valor de  619.573,46 e em 2019 de  815.876,32. Quanto ao destino das exporta oes, o mercado comunitário (UE) cresceu de  513.582,16 para  731.417, verificando-se o maior crescimento nos mercados francês e britânico. Relativamente   diversifica o geográfica, a Formefeitos manteve os mesmos mercados para onde exportava sendo estes: Angola, Bélgica, Espanha, França, Moçambique, Reino Unido e Su a. Como o seu nome sugere, o projeto de investimento que mais contribui para o crescimento da Formefeitos nesta rúbrica foi o projeto no âmbito dos SI Internacionaliza o. As despesas apoiadas por este projeto englobaram viagens de prospe o dentro e fora da EU,

---

<sup>17</sup> São considerados altamente qualificados os recursos humanos que possuem um grau acad mico com nível de qualifica o igual ou superior a 6, que equivale ao grau de licenciatura. (Portugal 2020).

participações em feiras relacionadas com a atividade da Formefeitos, construção do site<sup>18</sup>, criações de catálogos, entre outras despesas, o que conseqüentemente resultou na angariação e fidelização de clientes (nove clientes novos), principalmente nos mercados que mais cresceram, como mencionado anteriormente. Este aumento do volume de exportações contribui para o cumprimento e comprova a coerência do 2º objetivo estratégico do Compete 2020, que apoia o aumento e orientação exportadora das empresas portuguesas, conforme analisado na secção 1.2.2. (e apresentado na Tabela 4). Simultaneamente, também corrobora uma das conclusões do estudo de Mamede e colegas (2018), onde se afirma que os SI QPME do QREN (2007-2014) têm maior impacto sobre as exportações e a sua diversificação geográfica que as outras tipologias dos SI.

A Formefeitos, no período de 2015 a 2019, teve um **crescimento** acentuado. É prova disto o aumento do número de trabalhadores, que passou de 17 para 41. Outro dado que comprova esta tendência é o volume de negócios que cresceu de €1.260.665,23 para €2.400.494,24. Este crescimento, segundo José Maia, resulta do investimento realizado no processo produtivo que permitiu à Formefeitos ser mais competente, produzir e comercializar com mais qualidade, e fidelizar os seus clientes, aumentando assim o valor desta rúbrica.

Tal como já apontado anteriormente, a **competitividade** da Formefeitos aumentou bastante na opinião do seu CEO. Todo o equipamento adquirido – também financiado pelos projetos de investimento no âmbito do Portugal 2020 – permitiu que a resposta da Formefeitos a nível nacional e internacional fosse mais eficaz. De acordo com José Maia, as exigências dos clientes têm aumentado e falhas ou atrasos são cada vez menos tolerados, o que evidencia a importância de melhorias na competitividade da empresa. Uma das variáveis de desempenho que comprova este aumento da competitividade da Formefeitos é o resultado

---

<sup>18</sup> Site da Formefeitos disponível em: <https://www.formefeitos.com/en/>

líquido que cresceu 164% (aumento de € 53.441) de 2015 para 2019. No entanto, José Maia admite que será no médio-longo prazo que o crescimento na competitividade da Formefeitos se tornará mais notório. Isto porque como os investimentos foram maioritariamente feitos em equipamentos produtivos, o que provocou uma mudança no processo produtivo da Formefeitos, conseqüentemente houve uma grande necessidade de adaptação por parte dos trabalhadores aos novos processos produtivos e de trabalho.

Relativamente à dimensão da **ecoeficiência**, o projeto de investimento da Formefeitos no âmbito da tipologia de Inovação Produtiva inclui despesas na implementação de uma ETAR. A ETAR inclui é um sistema de separação de flocos das águas residuais que derivam de trabalhos de pinturas. Este investimento permitiu à Formefeitos reduzir os resíduos causados no processo produtivo, principalmente de pintura, contribuindo assim o cumprimento do OT6 da Estratégia Europa, apresentado na Tabela 1.

Finalmente, quanto à **distribuição de rendimentos**, os gastos médios anuais com o pessoal empregado da Formefeitos cresceram 11% entre 2015 e 2019.

Segundo José Maia, o apoio prestado pelo Portugal 2020 foi, na sua globalidade, benéfico para a Formefeitos e acrescenta que os projetos de investimento permitiram à empresa “canalizar energias na mudança” para benefício próprio.

## **3.2 Innoverse**

### **3.2.1 Breve descrição da empresa**

Fundada em 2014 e sediada na Sertã, distrito de Castelo Branco, a Innoverse tem como atividade o fabrico de artigos em madeira, principalmente destinados à indústria da construção. Atualmente, a empresa dedica-se ao design e construção de mobiliário. Desde a sua criação que a Innoverse é gerida por Vítor Nunes e Marilyn Gregorini, os dois co-CEO da empresa. De acordo com a IES de 2020, nesse ano, a Innoverse apresentou um volume de negócios de €1.058.373,19 e empregava 25 trabalhadores. A empresa obteve o certificado de PME líder em 2020.

A Innoverse apenas recebeu por uma vez o apoio do Portugal 2020 (FEEI), na tipologia de Inovação Produtiva.

### **3.2.2 Processo de financiamento ao Portugal 2020**

A Innoverse apenas recorreu uma vez aos FEEI, realizando um projeto de investimento referente à tipologia de Inovação Produtiva. A realização deste projeto de investimento começou em 2018 e terminou em 2020. De acordo com a entrevista realizada, Marilyn Gregorini explicou que um dos motivos que levaram a Innoverse a concorrer ao financiamento do Portugal 2020 foi o facto de, com os equipamentos que suportavam o seu processo produtivo, a empresa já ter atingido o limite da sua capacidade de produção. Ou seja, era necessário que fosse realizado um investimento em novos equipamentos para aumentar a capacidade produtiva. Outro motivo para o financiamento dos FEEI foi a necessidade de investimento em novas tecnologias que permitissem melhor gerir e interligar todo o processo produtivo. Esta segunda motivação é coerente com o

1º objetivo estratégico do Compete 2020 – aumentar a intensidade tecnológica, revisto na Tabela 4.

Durante a entrevista, Vítor Nunes, sócio-gerente da empresa, salientou que, apesar de o impacto do projeto ter sido extremamente positivo, lamenta a burocracia do processo em si. Foram referidas as análises dos pedidos de pagamento, que demoram demasiado tempo (3/4 meses), e da respetiva documentação necessária para realização do pedido. Esta observação está alinhada com as conclusões retiradas nas secções 1.1 e 1.2.5. do Capítulo 2 quanto à burocracia dos processos associados aos apoios dos FEEI. Ainda assim, no final da entrevista Vítor Nunes salientou que o apoio dos FEEI são bastante importantes para as PME portuguesas e para o tecido empresarial português, o que vai de encontro das conclusões retiradas no Capítulo 1.

### **3.2.3 Impactos do Portugal 2020 na empresa**

Ao contrário do caso de estudo anterior, a Innoverse apenas realizou um projeto de investimento apoiado pelo Portugal 2020 e, como já mencionado anteriormente, na tipologia de Inovação Produtiva.

Após a análise das IES de 2017, ano anterior ao início do projeto de investimento financiado pelo Portugal 2020, e a de 2020<sup>19</sup>, ano do encerramento do projeto de investimento, é possível concluir que vários indicadores sofreram alterações favoráveis. Recorrendo às mesmas dimensões e variáveis de desempenho usadas e justificadas no caso de estudo anterior, apresentado na secção 3.1.3., a Innoverse apresentou resultados positivos em 6 das 9 dimensões

---

<sup>19</sup> Para a avaliação da variação sobre as variáveis de impacto foi utilizado 2020 como ano posterior ao projeto de investimento. A escolha deve-se ao facto de a IES de 2021 ainda não estar disponível à data da realização deste estudo.

de análise. A Tabela 10 resume a evolução das variáveis de análise avaliadas com base na informação recolhida das IES, entrevista e outros documentos solicitados.

Dimensão de desempenho	Variável de impacto	2017	2020	Variação relativa
<b>Investimento</b>	Ativos Fixos Tangíveis	58 841,51 €	496 391,02 €	743,6%
<b>Situação Financeira</b>	Autonomia Financeira	72,79%	60,90%	-16,3%
	Liquidez geral	19,75	2,58	-86,9%
<b>Qualificações</b>	Nº de trabalhadores altamente qualificados	+ 1 trabalhador altamente qualificados		
<b>Inovação</b>	Pedido de patente	Não	Não	
	Pedido de registo de marca	Não	Não	
	Pedido de obtenção de nova certificação	Não	Sim	
<b>Internacionalização</b>	Exportações	-	-	-
	Intensidade exportadora	-	-	-
	Exportações para a UE	-	-	-
<b>Crescimento</b>	Pessoal ao serviço	9	25	177,8%
	Volume de Negócios	531 802,49 €	1 058 373,19 €	99%
<b>Competitividade</b>	Resultado Líquido do Período	15 443,08 €	58 832,73 €	281%
<b>Ecoeficiência</b>	Investimentos relacionados	Sim		
<b>Distribuição de rendimentos</b>	Gastos médios anuais com o pessoal	10 844,85 €	9 382,8 €	-13,5%

Tabela 10: Variação relativa das variáveis de impacto entre o período de 2017 e de 2020.

Fonte: IES da Innoverse relativas ao mesmo período.

Vítor Nunes e Marilyn Gregorini, sócios-gerentes da Innoverse, afirmaram que o **investimento** com recurso aos apoios do Portugal 2020 foi maioritariamente

feito em equipamentos para o processo produtivo, de forma a aumentar a capacidade produtiva e também melhorar a qualidade da mesma e do produto final. É possível comprovar através das IES analisadas que efetivamente a Innoverse aumentou os seus ativos fixos tangíveis de €58.841,85 em 2017, para € 496.391, em 2020, verificando-se um aumento de aproximadamente 744%.

A **situação financeira** da Innoverse, tendo em consideração apenas as variações na Tabela 10, à primeira vista parece negativa. Uma das razões para o decréscimo da autonomia financeira (capital próprio/ativo) é o aumento relativamente grande nos ativos, como visto no parágrafo anterior. Ainda assim, a autonomia financeira da Innoverse em 2020 foi de cerca de 61%, bem acima dos 39,9% da média das empresas portuguesas no mesmo ano (Banco de Portugal, 2022). O mesmo acontece com a liquidez geral que, em 2020, apresentou um rácio de 2,58, superior ao mínimo de 1 para considerar uma situação financeira de saudável. À semelhança do caso de estudo anterior, como a variável de liquidez geral é um indicador sobre a liquidez no curto-prazo, e a maior parte do investimento foi feito em ativos não correntes, este investimento não aparece devidamente refletido no indicador.

Relativamente às **qualificações** do pessoal empregado, Marilyn Gregorini afirma que durante o período de realização do projeto de Inovação Produtiva, foi contratado um trabalhador altamente qualificado. De salientar que no início do projeto, a Innoverse empregava 9 trabalhadores, todos com nível de ensino secundário ou equivalente.

A **inovação**, assim como o nome da tipologia do projeto indica, foi um dos pilares desta candidatura. A Innoverse inovou nos seus equipamentos produtivos, através de investimentos novos tais como uma orladora, CNC e selecionadora, e inovou em tecnologias com investimentos em softwares de modelação 3D e softwares de gestão organizacional. Estes investimentos permitiram que a Innoverse melhorasse substancialmente a qualidade dos seus

produtos, permitiu aumentar a eficiência no processo produtivo e, simultaneamente, reduzir a mão de obra na fase inicial do processo produtivo, alocando-a mais a jusante, na linha de montagem. Em 2021, a Innoverse renovou o certificado de PME líder, já obtido em 2020.

Relativamente às **exportações**, Marilyn Gregorini afirmou que esperava já ter alcançado mercados externos em 2020, contudo, devido à crise pandémica, a Innoverse não conseguiu desenvolver esta dimensão de acordo com o inicialmente programado. No entanto, foi salientado que as primeiras exportações estão projetadas para o corrente ano de 2022.

No que respeita ao **crescimento** da Innoverse, este é notório. No período em análise, o volume de negócios cresceu 99%, atingindo €1.058.373,19 em 2020, e os trabalhadores passaram de 9, em 2017, para 25, em 2020, um aumento significativo no espaço de 3 anos.

Assim como o crescimento, também a **competitividade** da empresa aumentou, de acordo a perspetiva dos sócios da Innoverse. Segundo os mesmos, o segmento de mercado da empresa albicastrense é o médio-alto. De forma a corresponder com as expectativas dos clientes, era necessário melhorar substancialmente a qualidade dos produtos. Este objetivo foi cumprido através do projeto de investimento apoiado pelo Portugal 2020, que não só permitiu melhorar os produtos vendidos, como aumentar as vendas. A rúbrica do resultado líquido comprova bem o crescimento da competitividade da Innoverse, que em 2015 foi de €15.443,08 e em 2020, foi de €58,832,73. De acordo com os entrevistados, a produtividade também aumentou porque a produção foi aumentada com menos recursos humanos alocados a essa fase. Isto acontece porque, como já mencionado anteriormente, através do projeto apoiado pelo Portugal 2020, a Innoverse adquiriu máquinas que aumentaram significativamente a produtividade e a capacidade produtiva da empresa, permitindo reduzir o número de trabalhadores nesta área, alocando-os às equipas de

gestão/preparação de projetos, assim como a linhas mais a jusante, isto é, na área de montagem. Segundo Marilin Gregorini, a procura do mercado no segmento do pladur, tetos falsos e divisórias cresceu, o que por sua vez foi um catalisador para o aumento da contratação de mão de obra e que também justifica o aumento do pessoal ao serviço da Innoverse. Este aumento de produtividade resultante do projeto da tipologia de Inovação Produtiva coincide com as conclusões relativamente aos impactos de projetos da mesma tipologia do QREN, apresentado na secção 1.3 (Mamede et al., 2018).

Relativamente à **ecoeficiência**, outra das dimensões usadas como avaliação do impacto dos financiamentos do FEEI de acordo com Mamede e colegas (2018), a Innoverse incluiu no seu projeto de investimento a instalação de um sistema de produção de energia fotovoltaica, o que permite tanto a descarbonização da indústria portuguesa como a autonomia energética da empresa em causa o que, conseqüentemente, permite diminuir a sua fatura energética. Este investimento sustenta o compromisso estipulado no Portugal 2020 sobre o objetivo de aumentar a percentagem de energia renovável no consumo de energia final (ver Gráfico 7), assim como o 4º e o 5º objetivos temáticos do Portugal 2020 (AD&C, 2014) (ver Tabela 1).

Finalmente, quanto à **distribuição de rendimentos**, os gastos médios anuais com o pessoal empregado da Innoverse diminuiu 13,5% entre 2017 e 2020.

No final da entrevista, Marilin Gregorini acrescentou que sem o financiamento do Portugal 2020, a Innoverse apenas iria investir numa nova máquina para o processo produtivo (máquina de corte). Todavia, com a possibilidade de obter o financiamento dos FEEI, os sócios da Innoverse perceberam que seria uma oportunidade para a empresa crescer ainda mais. O projeto de investimento permitiu a integração da cadeia de valor da Innoverse assim como a estandardização. Na opinião dos sócios da Innoverse, o financiamento do Portugal 2020 foi muito benéfico e uma oportunidade única para crescer.

# Capítulo 4: Discussão de resultados e conclusões

O propósito deste trabalho de investigação é entender qual o impacto dos Fundos Estruturais Europeus e de Investimento nas empresas portuguesas. De forma a responder à questão de investigação, este estudo começou com a revisão da existente literatura sobre o assunto, seguido da descrição da metodologia e por fim a realização do estudo empírico, através de dois casos de estudo, a Formefeitos e a Innoverse, ambas beneficiárias do apoio do Portugal 2020. Visto tratar-se de estudos de caso, importa salientar que conclusões aqui retiradas aplicam-se apenas aos casos analisados e as mesmas não podem ser extrapoladas à totalidade do tecido empresarial português. De seguida, estão sumariado os principais resultados.

Pelo que foi abordado nos casos de estudo, conclui-se que houve mais pontos semelhantes do que divergências relativamente aos impactos que o financiamento dos FEEI terão tido nas duas empresas estudadas. Nos dois casos de estudo, o **investimento**, principalmente em capital fixo, cresceu consideravelmente. O caso da Innoverse é o mais revelador deste efeito, visto que o crescimento em ativos fixos tangíveis foi bastante acentuado (744%), sendo que, o testemunho dos próprios sócios corrobora que o investimento feito não teria acontecido sem o apoio dos FEEI, além de que, de acordo com os mesmos, a **produtividade** dos trabalhadores aumentou bastante, em resultado disso. Outra dimensão que sofreu impactos positivos foi a **inovação** que, de certa forma, está relacionada com o investimento e que permitiu às duas empresas inovarem os respetivos processos produtivos, nomeadamente, através do investimento em novas máquinas. Consequentemente, o apoio do Portugal 2020 contribuiu para o **crescimento e competitividade** das empresas apoiadas, como demonstrado pela

evolução nos indicadores de pessoal ao serviço, volume de negócios e resultado líquido (Tabelas 9 e 10). De salientar ainda a presença da valorização e do investimento na **ecoeficiência**, realizado nos dois casos de estudo, incorporando os valores da sustentabilidade na atividade das empresas. Por outro lado, as duas empresas apontaram os **atrasos de pagamento** por parte do Portugal 2020 e as respetivas **burocracias** exigidas nos pedidos de pagamento e candidaturas como os pontos negativos associados aos apoios. Esta conclusão vai ao encontro do referido na revisão de literatura: o Estado necessita de simplificar e desburocratizar os processos de acesso a FEEL, assim como aumentar a transparência, para que a distribuição dos fundos seja mais eficiente e impulsionadora da economia portuguesa.

Globalmente, os representantes da Formefeitos e da Innoverse afirmaram que os apoios do Portugal 2020 tiveram **um impacto positivo** no desempenho das respetivas empresas, sendo que esperam impactos adicionais no longo-prazo. Esta opinião corrobora grande parte da revisão de literatura constante do Capítulo 1.

Na conclusão deste trabalho de investigação importa ainda apontar as principais limitações do mesmo e fazer recomendações para trabalhos futuros relacionados.

Uma das principais limitações que deve ser mencionada relaciona-se com o número reduzido de empresas analisadas, que constitui uma amostra demasiado pequena para que seja possível fazer uma generalização dos resultados obtidos. Outra limitação é relativa ao processo de recolha de dados e está relacionada com dificuldades em obter algumas informações que teriam sido relevantes o estudo empírico. Por último, outra limitação é o facto de não ter sido avaliado como a qualidade das instituições de um Governo impactam a distribuição dos FEEL.

De forma a ultrapassar as limitações enunciadas, recomenda-se como investigação futura a inclusão de um número maior de empresas na realização

de um estudo empírico, aumentando e diversificando o campo amostral e permitindo alargar as conclusões a um número maior de empresas. Outra recomendação é avaliar como é que a qualidade das instituições/infraestruturas de um Governo influenciam a distribuição e a eficácia dos FEEI.

# Bibliografia

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão. (2019). *Avaliação do Impacto dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) no desempenho das empresas portuguesas*.
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão. (2014). *Portugal 2020: Objetivos, Desafios e Operacionalização*.
- Bachtrögler, J., Fratesi, U., & Perucca, G. (2020). *The influence of the local context on the implementation and impact of EU Cohesion Policy*. *Regional Studies*.
- Cardenete, M., & Delgado, M. (2015). *A simulation of impact of withdrawal European funds on Andalusian economy using a dynamic CGE model: 2014-20*. *Economic Modelling*. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2014.09.021>
- Cerqua, A., & Pellegrini, G. (2018). *Are we spending too much to grow? The case of Structural Funds*. *Journal of Regional Science*. <https://doi.org/10.1111/jors.12365>
- COMPETE 2020 (2015). *Compete 2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização*.
- Dinu, M., Pătărlăgeanu, S., Chiripuci, B., & Constantin, M. (2020). *Assessing the European funds for agriculture and rural development in Romania for the 2014-2020 period*. *Proceedings of the International Conference on Business Excellence*, 14(1), 717–727. <https://doi.org/10.2478/picbe-2020-0068>
- Fidrmuc, J., Hulényi, M., & Zajkowska, O. (2021). *The Elusive Quest for the Holy Grail of an Impact of EU Funds on Regional Growth*. *CESifo Working Papers*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3507260>

- Fundos Europeus Estruturais e de Investimento | Comissão Europeia. (2021). [https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/funding-opportunities/funding-programmes/overview-funding-programmes/european-structural-and-investment-funds\\_pt](https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/funding-opportunities/funding-programmes/overview-funding-programmes/european-structural-and-investment-funds_pt)
- Gagliardi, L., & Percoco, M. (2017). *The impact of European Cohesion Policy in urban and rural regions*. *Regional Studies*, 51(6), 857–868. <https://doi.org/10.1080/00343404.2016.1179384>
- Pires, L. (2017). *Trinta anos de Fundos Estruturais (1986-2015)*. *Relações Internacionais*, 53, 19–38. <https://doi.org/10.23906/ri2017.53a03>
- Mais Transparência. (2021). Retrieved from <https://transparencia.gov.pt/>
- Mamede, R., Simões, V., Fernandes, T., Bondonio D., Godinho M., Pereira H., Cartaxo, R., & Silva, T. (2018). *Relatório Final da Avaliação do Impacto dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento no Desempenho das Empresas*. 78. <https://www.adcoesao.pt/content/concluidas-duas-avaliacoes-de-impacto-da-politica-da-coesao-no-dominio-da-competitividade>
- Mesonada, C., & Manteiga, C. (2020). *European Structural and Investment Funds and Regional Convergence: The Impact of Public Deficit in Beta-Convergence*. EconPol Working Paper. [https://www.econpol.eu/publications/working\\_paper\\_47](https://www.econpol.eu/publications/working_paper_47)
- Renata Tesch (1990). *Quality Research: Analyses Types and Software Tools*. Routledge. [https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=fRbfAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&ots=o-Zc7CiCZz&sig=ep88nu\\_oyQFB-s9uNjW1IUcRm6M&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=fRbfAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&ots=o-Zc7CiCZz&sig=ep88nu_oyQFB-s9uNjW1IUcRm6M&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)

- Nishimura, A., Moreira, A., Au-yong-oliveira, M., & Sousa, M. (2021). *Effectiveness of the portugal 2020 programme: A study from the citizens' perspective*. Sustainability (Switzerland), 13(11). <https://doi.org/10.3390/su13115799>
- Popa, A. (2012). *The Impact of the Structural Funds in the Transformation Process of the New EU Member States*. L'Europe En Formation, 364(2), 161. <https://doi.org/10.3917/eufor.364.0161>
- Rodríguez-Pose, A., & Garcilazo, E. (2015). *Quality of Government and the Returns of Investment: Examining the Impact of Cohesion Expenditure in European Regions*. Regional Studies, 49(8), 1274–1290. <https://doi.org/10.1080/00343404.2015.1007933>
- Sofaer, S. (1999). *Qualitative methods: what are they and why use them?* Health Services Research, 34(5 Pt 2), 1101. [/pmc/articles/PMC1089055/?report=abstract](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/1089055/)
- Tipologias Investimento Portugal 2020 | Banco BPI. (2022). Retrieved October 6, 2021, from <https://www.bancobpi.pt/empresas/portugal-2020/sistemas-de-incentivos-as-empresas/tipologias-de-investimento>
- Zaman, G., & Georgescu, G. (2014). *The absorption of EU Structural and Cohesion Funds in Romania: international comparisons and macroeconomic impact*. Munich Personal RePEc Archive. <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/57450/>
- Pordata. (2022). *Despesas em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) em % do PIB: por sector de execução*. [https://www.pordata.pt/Portugal/Despesas+em+actividades+de+investiga%C3%A7%C3%A3o+e+desenvolvimento+\(I+D\)+em+percentagem+do+PIB+por+sector+de+execu%C3%A7%C3%A3o-1133](https://www.pordata.pt/Portugal/Despesas+em+actividades+de+investiga%C3%A7%C3%A3o+e+desenvolvimento+(I+D)+em+percentagem+do+PIB+por+sector+de+execu%C3%A7%C3%A3o-1133)

Pordata (2022). *Consumo de energia primária: total e por tipo de fonte de energia.*

<https://www.pordata.pt/Portugal/Consumo+de+energia+prim%C3%A1ria+total+e+por+tipo+de+fonte+de+energia-1130>

Eurostat (2022). *Employment (as % of the population aged 20 to 64).*

[https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Archive:Emprego\\_%E2%80%94\\_estat%C3%A1sticas\\_anuais&direction=prev&oldid=524118](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Archive:Emprego_%E2%80%94_estat%C3%A1sticas_anuais&direction=prev&oldid=524118)

Banco de Portugal (2022). *A Autonomia Financeira é um indicador da capitalização das empresas.* <https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/sabia-que/1372>

Santander (2022). *Como calcular a liquidez de uma empresa.*

<https://www.santander.pt/salto/como-calculiar-liquidez-empresa>

# Apêndices

## Apêndice A: Guião da Entrevista

O propósito desta entrevista é, então, perceber qual o impacto dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, concretamente dos Sistemas de Incentivo do Portugal 2020, na Innoverse. Para o efeito, a entrevista está organizada em 3 secções:

- História e características da empresa;
- Processo de candidatura ao Portugal 2020;
- Efeitos do Portugal 2020 sobre a performance da empresa.

### **1. História e características da empresa**

- a) Qual a sua posição na empresa e há quanto tempo a desempenha?
- b) Qual é o ano de fundação da empresa? 2014
- c) Como foi o percurso da empresa desde a sua criação até hoje?
- d) Que tipo de produtos / serviços a empresa produz?
- e) Qual é o valor do volume de negócios atual e o estimado para 2022? E quantos trabalhadores?

### **2. Processo de candidatura ao Portugal 2020**

- a) Já alguma vez a empresa se candidatou a Fundos Europeus? Se sim:
  - i. Quantas e a que tipos de apoio?
  - ii. Foi sempre bem-sucedida nessas candidaturas?

### 3. Impacto do Portugal 2020 sobre a performance da empresa (baseado nos domínios de desempenho da tabela 10)

- a) Quais foram os motivos para a candidatura ao financiamento do Portugal 2020?
- b) Acredita que a **competitividade** da empresa aumentou devido ao projeto de investimento? Pode, por favor, partilhar evidências disso (quota de mercado, RL)
- c) A empresa investiu em **inovação**? A empresa aumentou as suas despesas em I&D? Pode, por favor, partilhar evidências disso?
- d) A empresa efetuou algum pedido de **patente**, registo de **marca** ou algum **novo certificado**, após a candidatura ao Portugal 2020?
- e) As exportações da empresa aumentaram após a implementação do projeto? E relativamente aos mercados presentes? Pode, por favor, partilhar evidências disso?
- f) Acredita que a **produtividade** da empresa aumentou devido ao investimento feito? Pode, por favor, partilhar evidências disso?
- g) E relativamente a estes empregados, houve uma maior integração de trabalhadores **qualificados**, ou com formação superior na empresa?
- h) O mesmo investimento teria sido feito se não houvesse acesso ao financiamento por parte dos Fundos Europeus? Porquê?
- i) A empresa tinha planeado algum investimento diferente e que, fruto da candidatura ao Portugal 2020, mudou em função da elegibilidade do projeto? Que divergências entre os projetos de investimento existiram?
- j) Considera que, na sua globalidade, a candidatura foi benéfica para a empresa? Porquê?

## Apêndice B: Formulário de consentimento

O Impacto dos FEEI no desempenho das empresas portuguesas.

O propósito desta entrevista é perceber quais são os impactos que o apoio dos FEEI, através da candidatura aos Sistemas de Incentivo à Inovação Produtiva no âmbito do Portugal 2020, tiveram no desempenho da Innoverse.

Para explorar a questão acima identificada, foi definido um conjunto de perguntas relacionadas com a história e informação genérica da Innoverse, o processo de candidatura ao Portugal 2020 e o efeito na performance da empresa.

Desta forma, é solicitado por este meio a sua autorização para proceder à gravação da entrevista e consentimento para a sua utilização no meu trabalho de investigação. Os dados recolhidos serão utilizados unicamente para os fins da investigação acima mencionada e nenhuma informação será divulgada sem autorização prévia.

Autorizo que a entrevista seja gravada.

Sim

Não

Autorizo que a informação recolhida na entrevista seja incluída neste trabalho de investigação.

Sim

Não

Autorizo a divulgação da minha identidade, bem como da organização à qual pertença.

Sim

Não

Assinatura:

Data:

# Anexos

## Anexo 1: Lista de dimensões e variáveis utilizadas por Mamede e colegas (2018)

A lista de variáveis de desempenho inclui:

1. **Investimento:** FBCF, investimento intangível;
2. **Situação Financeira:** Autonomia financeira, cobertura dos encargos com juros, custo dos financiamentos obtidos, liquidez geral;
3. **Qualificações:** N<sup>o</sup> de trabalhadores com formação superior, N<sup>o</sup> de administradores com formação superior, n<sup>o</sup> de trabalhadores de C&T, n<sup>o</sup> de trabalhadores qualificados;
4. **Inovação:** Despesas em I&D, intensidade de I&D no VAB, intensidade de I&D no VN, pessoal de I&D, pedidos de patentes, marcas e desenhos ou modelos, novas certificações;
5. **Internacionalização:** Diversificação geográfica das exportações, exportações, exportações extra-UE e para a UE, importações, intensidade exportadora, inserção direta no comércio internacional;
6. **Crescimento:** Pessoal ao serviço, valor acrescentado, volume de negócios;
7. **Competitividade:** Grau de transformação da produção, produtividade aparente do trabalho, quota de VN, rentabilidade do VN, rentabilidade do CP, rentabilidade do ativo, resultado líquido;
8. **Ecoeficiência:** Intensidade de uso de água, intensidade de uso de combustíveis, intensidade de uso de eletricidade;
9. **Qualidade de emprego:** N<sup>o</sup> de trabalhadores com contratos sem termo, incidência de contratos temporários, incidência de duração de trabalho atípico;

10. **Distribuição de rendimentos:** Dispersão salarial, incidência do salário mínimo, gastos médios anuais com o pessoal, ganhos médios mensais dos trabalhadores, peso das remunerações do pessoal no VAB, peso dos órgãos sociais nos gastos com pessoal;
11. **Igualdade de género:** N<sup>o</sup> de mulheres na administração, percentagem de mulheres, diferença no salário médio entre mulheres e homens.

## Anexo 2: Definição das variáveis de impacto utilizadas por Mamede e colegas (2018)

- **FBCF:** FBCF
- **Autonomia Financeira:** Capital Próprio / Ativo
- **Liquidez geral:** Ativo corrente / Passivo corrente
- **Nº de trabalhadores com formação superior:** Trabalhadores com nível de habilitações igual ou superior a Bacharelato
- **Nº de trabalhadores de C&T:** Trabalhadores com códigos da CCNP 211, 212, 213, 214, 221 e 222
- **Nº de trabalhadores qualificados:** Trabalhadores com níveis de qualificação 1, 2 ou 3
- **Despesas em I&D:** Despesas em I&D
- **Intensidade de I&D no VAB:** Despesas em I&D / VAB
- **Probabilidade de pedido de patentes, marcas e novas certificações**<sup>20</sup>
- **Diversificação geográfica:** Exportações extra-UE / Volume de Negócios
- **Exportações:** Exportações para UE + Exportações extra-UE
- **Intensidade exportadora:** Exportações / Volume de negócios
- **Pessoal ao serviço:** Pessoal ao serviço
- **Valor Acrescentado (VAB):** Valor Acrescentado
- **Volume de Negócios (VN):** Volume de Negócios
- **Quota VN:** Volume de negócios da empresa / Volume de negócios do sector
- **Resultado Líquido:** Resultado líquido do período

---

<sup>20</sup> No caso das variáveis relativas a pedidos de propriedade industrial ou à obtenção de certificação ou de sistemas de gestão os resultados são expressos sob a forma de probabilidade, correspondendo à diferença entre empresas apoiadas e não apoiadas no que respeita à proporção de empresas em cada amostra que efetuou o pedido ou obteve a certificação.

- **Intensidade de uso de combustíveis:** despesas com combustíveis / VAB
- **Nº de trabalhadores com contrato sem termo:** Trabalhadores com tipo de contrato sem termo
- **Incidência de contratos de trabalho temporário:** % dos trabalhadores que não têm contratos sem termo
- **Gastos médios anuais com o pessoal:** Gastos com o pessoal / Pessoal ao serviço
- **Salário das mulheres face ao dos homens:** (Remuneração média das mulheres) / (Remuneração média dos homens)

## Anexo 3: Resultados práticos de cada Programa Operacional

Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos	Inclusão Social e Emprego	Capital Humano	Competitividade e Internacionalização
86 infraestruturas de proteção civil	888 equipamentos sociais e de saúde apoiados	27 423 jovens e adultos apoiados em cursos pós-secundário	813 serviços da administração pública apoiados
3 399 km extensão dos sistemas de drenagem de águas residuais a construir / remodelar	101 460 pessoas que beneficiam de apoios à contratação	118 690 bolsiros de ação social no ensino superior	6 597 empresas que beneficiam de apoio à internacionalização
742 844 m2 de área em edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas	147 790 pessoas que beneficiam de estágios profissionais	303 679 jovens apoiados em vias de profissionalizantes (básico e secundário)	1 019 novas empresas / start-ups apoiadas
379 014 307 KWh redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	67 829 participantes em ações de trabalho socialmente necessário	90 135 adultos apoiados em modalidades de longa duração de dupla certificação	1 890 empresas em cooperação com instituições de investigação
188 547 tons CO2 diminuição anual estimada das emissões de gases efeitos de estufa	6 8141 habitações reabilitadas em áreas urbanas	1 024 infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	571 km linhas férreas intervencionadas
9 583 agregados familiares com consumo de energia melhorado	24 266 participações de pessoas com deficiência e incapacidade em formação	479 520 capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou de educação apoiadas	13 226 513 841€ investimento elegível aplicado no âmbito dos SI
91 km de extensão da faixa costeira intervencionada para proteção de pessoas e bens	1 873 369 m2 espaços abertos, criados ou reabilitados em áreas urbanas	7 763 bolsiros em ações de formação avançada	43 822 empresas apoiadas no âmbito dos SI
8 325 (tep) economias de energia nos projetos apoiados no setor dos transportes	2 201 969 participações em ações de formação		69 046 trabalhadores apoiados em ações de formação em contexto empresarial
9 118 603 população que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais			4 842 projetos de I&D e transferência de conhecimentos apoiados
164 333 ha de superfície dos habitats apoiados para atingirem um melhor estado de conservação			733 projetos de ações coletivas apoiados
9 043 431 m2 espaços abertos, criados ou reabilitados em áreas urbanas			
1 012 419 tons/ano, capacidade adicional de reciclagem de resíduos			

Fonte: Mais Transparência (2022). Elaboração própria.

